



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 27

SÁBADO, 23 DE MARÇO DE 1991

BRASÍLIA - DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 - ATA DA 22ª SESSÃO, EM 22 DE MARÇO DE 1991

##### 1.1 - ABERTURA

##### 1.2 - EXPEDIENTE

##### 1.2.1 - Mensagens do Presidente da República

- Nºs 72 e 73/91 (nºs 108 e 109/91, na origem), de agradecimento de comunicações.

##### 1.2.2 - Parecer

Referente à seguinte matéria

- Projeto de Decreto Legislativo nº 1/91 (nº 191/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 18 de junho de 1989, a concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. (Redação final).

##### 1.2.3 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 35/91, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que autoriza a utilização de cruzados novos para a aquisição de ações de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

##### 1.2.4 - Comunicação da Presidência

- Designação da comissão incumbida

de emitir parecer sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 3/91.

##### 1.2.5 - Discursos do Expediente

SENADOR AMIR LANDO - Tópico do Projeto de Reconstrução Nacional, apresentado pelo Presidente Collor, concernente à pretendida extinção da aposentadoria por tempo de serviço.

SENADOR RUY BACELAR - Análise crítica do Governo Collor.

SENADOR ALUIZIO BEZERRA - Defasagem do preço da borracha, inviabilizando a sua extração na Amazônia.

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA, como Líder - Protesto contra demissões em massa na Elettronorte, rompendo critérios acertados com o Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, por lideranças sindicais e parlamentares.

##### 1.3 - ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 17, de 1987, de autoria do Senador Itamar Franco, que institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências. Discussão encerrada, após usarem da palavra os Srs. Cid Sabóia de Carvalho e Nelson Carneiro, voltando às comissões competentes em virtude de recebimento de emendas.

##### 1.3.1 - Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NELSON CARNEIRO - Reunião promovida pelo Embaixador

da Venezuela para tratar da integração latino-americana, com enfoque para o problema da dívida externa dos países-membros.

SENADOR ALUIZIO BEZERRA - Visita ao Senado do Desembargador Lourival Marques.

SENADOR RONALDO ARAGÃO - Necessidade do estabelecimento de programa governamental voltado para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN - Concluindo apreciação, iniciada em sessão anterior, sobre o Programa de Reconstrução Nacional.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Defesa de amplo debate no Congresso Nacional a respeito da grave crise brasileira.

SENADOR MARCO MACIEL - Falecimento do Pe. Pedro Arrupe, Superior-Geral da Ordem dos Padres Jesuítas.

##### 1.3 - Comunicação da Presidência

- Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 11 e 12/91.

##### 1.3.2 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

##### 1.4 - ENCERRAMENTO

##### 2 - MESA DIRETORA

##### 3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

<b>EXPEDIENTE</b> <b>CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL</b>	
<b>PASSOS PÔRTO</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>AGACIEL DA SILVA MAIA</b> Diretor Executivo <b>CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA</b> Diretor Administrativo <b>LUIZ CARLOS DE BASTOS</b> Diretor Industrial <b>FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA</b> Diretor Adjunto	<b>DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</b> Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal  <b>ASSINATURAS</b>  Semestral ..... Cr\$ 3.519,65  Tiragem 2.200-exemplares.

## Ata da 22ª Sessão, em 22 de março de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura  
Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Dirceu Carneiro,  
Beni Veras e Mansueto de Lavor

### ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aluísio Bezerra - Dirceu Carneiro -  
Eduardo Suplicy - Francisco Rollemberg -  
Garibaldi Alves - Jonas Pinheiro - Josaphat  
Marinho - Nabor Júnior - Ronan Tito -  
Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) - A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### De agradecimento de comunicações:

Nº 72/91 (nº 108/91, na origem), de 20 do corrente, referente à promulgação dos Decretos Legislativos nºs 61 a 66, de 1991.

Nº 73/91 (nº 109/91, na origem), de 20 do corrente, referente à promulgação dos Decretos Legislativos nºs 67 a 73, de 1991.

#### PARECER Nº 19, DE 1991

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1991 (nº 191, de 1990 na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1991 (nº 191, de 1990, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 18 de junho de 1989, a concessão outorgada à Rede Rio-Grandense de Emissoras Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reuniões da Comissão, 22 de março de 1991. - Mauro Benevides, Presidente - Dirceu Carneiro, Relator - Beni Veras - Lucídio Portella.

#### ANEXO AO PARECER Nº 19, DE 1991

Redação Final do Projeto de  
Decreto Legislativo nº 1, de 1991  
(nº 191, de 1990, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, eu, \_\_\_\_\_, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_\_, DE 1991

Aprova o ato que renova por dez anos, a partir de 18 de junho de 1989, a concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato, a que se refere o Decreto nº 98.481, de 7 de dezembro de 1989, que renova por dez anos, a partir de 18 de junho de 1989, a concessão outorgada

da à Rede Rio-Grandense de Emissoras Ltda., através do Decreto nº 83.451, de 14 de maio de 1979, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) - O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

#### Nº 35 DE 1991

Autoriza a utilização de cruzados novos para a aquisição de ações de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As entidades fechadas de previdência privada e as associações dos empregados de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização ficam autorizadas a utilizar seus recursos denominados em cruzados novos para a aquisição de ações, quotas ou bens do ativo patrimonial destas sociedades.

Parágrafo único. O adquirente de ações, quotas ou bens do ativo patrimonial das sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização, de que trata o caput deste artigo, poderá efetuar o pagamento total ou parcial, em cruzados novos, mediante a transferência de titularidade de depósitos e outros valores mantidos no Banco Central do Brasil em decorrência do disposto na Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.

Art. 2º Os recursos oriundos da alienação definida no art. 1º desta lei estarão sujeitos às normas de conversão em cruzeiros e de atualização monetária previstas na Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990.

Art. 3º Observados os prazos definidos no art. 2º desta Lei, o titular de recursos oriundos da alienação de ações, quotas ou bens de sociedades incluídas no Programa Nacional de Desestatização deverá utilizá-los, preferencialmente, na quitação de suas dívidas para com o setor público.

Parágrafo único. A União utilizará os recursos recebidos na forma desta lei na redução da dívida pública federal, preferencialmente mediante resgate de seus títulos representativos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Uma das questões fundamentais que se apresenta, atualmente, na economia brasileira diz respeito à necessidade de definição de um novo padrão de financiamento, para o qual, certamente, função de destaque cabe ao processo de privatização.

Isto, tanto em virtude, das possibilidades de retomada do investimento privado, que poderá ensejar, quando em decorrência dos ajustes que deverá proporcionar nas finanças públicas.

Neste contexto, ressaltem-se as iniciativas que visam dinamizar esse processo de privatização. É o que pretendemos com a medida que ora propomos.

Ao definirmos a possibilidade de as entidades fechadas de previdência privada e as associações de empregados de empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização participarem desse processo, por intermédio da utilização de recursos em cruzados novos, atendemos, também, a própria concepção do programa, que tem a pulverização de ações junto ao público e aos empregados como forma operacional preferencial para a alienação de participação e/ou controle acionário de empresas estatais (art. 4º da Lei nº 8.031/90).

Por outro lado, a preocupação de vincular o processo de privatização ao ajuste das finanças públicas é incorporada ao projeto de lei que apresentamos.

Para tanto, prevê-se:

1) a sujeição dos recursos denominados em cruzados novos, que tiverem titularidade transferida, aos prazos e às normas de conversão em cruzeiros estipulados pela Lei nº 8.024/90; visa-se, assim, adequar e compatibilizar o financiamento do processo de privatização com as metas de liquidar definidas pelo Programa de Estabilização em curso na economia brasileira;

2) o comprometimento dos recursos arrecadados com essa modalidade de pagamento de alienação de empresas e/ou bens públicos com a redução da dívida pública federal.

Enfim, o projeto de lei que ora apresenta-se é de inegável alcance sócio-econômico, seja pelo ajuste das contas públicas para o qual contribui, seja mesmo pelo desenvolvimento do mercado de capitais que verá proporcionar ao permitir a incorporação de significativa massa de recursos de trabalhadores a esse mercado.

Sala das Sessões, 22 de março de 1991. –  
Senador Marcio Lacerda.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.024,

DE 12 DE ABRIL DE 1990

Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros, e dá outras providências

Art. 2º O Banco Central do Brasil providenciará a aquisição de cédulas e moedas em cruzados novos, bem como fará imprimir as novas cédulas em cruzeiros, na quantidade indispensável à substituição do meio circulante.

§ 1º As cédulas e moedas em cruzados novos circularão simultaneamente ao cruzeiro, de acordo com a paridade estabelecida no § 2º do artigo 1º.

§ 2º As cédulas e moedas em cruzados novos perderão poder liberatório e não mais terão curso legal nos prazos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º As cédulas e moedas em cruzeiro emitidas anteriores à vigência da Medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990 perderão, nesta mesma data, o valor liberatório, e não mais terão curso legal.

LEI Nº 8.088,

DE 31 DE OUTUBRO DE 1990

Dispõe sobre a atualização de Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.

Art. 18. O Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento poderá:

I – reduzir cada um dos prazos e elevar cada um dos limites estabelecidos nos arts. 5º, 6º e 7º, da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990;

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) – O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) – Na sessão do cinco último foi lida a proposta de emenda à Constituição nº 3, de 1991, que estabelece a data de entrada em vigor de atos normativos, leis e medidas pro-

visórias, tendo como primeiro signatário o Senador Alfredo Campos.

A presidência, em obediência ao disposto no art. 356 do Regimento Interno e de acordo com as indicações das lideranças, designa a seguinte comissão para emitir parecer sobre a matéria:

PMDB

Cid Sabóia de Carvalho  
Amir Lando  
José Fogaça  
Alfredo Campos  
Garibaldi Alves Filho

PFL

Élcio Álvares  
Dário Pereira  
Carlos Patrocínio

PSDB

Chagas Rodrigues  
Beni Veras

PTB

Jonas Pinheiro

PDT

Nelson Wedekin

PRN

Rachid Saldanha Derzi

PDC

Amazonino Mendes

PDS

Esperidião Amin

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO PRONUNCIÁ DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não me canso de afirmar ser o Governo Collor a continuação do anterior: os mesmos partidos e parlamentares o apóiam, e, quando sente diminuída a sua aprovação pelo povo, apresenta um novo plano ou pacote com vistas a melhorar seu prestígio. Mas o desapontamento pelo primeiro ano da atual administração ficou patente: em pesquisa nacional do DataFolha, entre 4 e 6 de março, 55% dos entrevistados consideram o Governo Collor igual ou pior que o de Sarney. Se o segundo turno da eleição fosse hoje, Collor teria somente 38% dos votos. É uma séria e preocupante constatação.

Pois bem, Sr. Presidente. Este governo tem lançado planos e programas com muito estardalhaço, produzindo enorme expectativa na sociedade, mas os seus resultados, pequenos ou nulos, estão gerando uma enorme e generalizada frustração. São muito barulhentos, mas ridiculamente ineficazes. O que importa é o espalhafato e não a exequibilidade, o brilho e não o resultado, a publicidade e não a continuidade.

A começar do Programa de Estabilização Econômica, ou Plano Brasil Novo no dia da sua posse, o Governo tirou de circulação 70% do dinheiro dos brasileiros, bloqueando-lhes os depósitos em conta corrente, caderneta de poupança, *overnight* e fundos de investimentos. Pela sua magnitude e pelo impacto causado na sociedade em geral, esse confisco foi comparado por vários economistas a uma bomba nuclear no mercado financeiro. Estarrecida a princípio e revoltada depois, a população acabou aceitando o golpe, no pressuposto de tratar-se de uma medida extrema para afastar um perigo extremo: a hiperinflação.

Acontece, porém, que dois meses depois o meio circulante nacional já se encontrava nos mesmos níveis do dia anterior ao confisco, com um agravante: só não conseguiram liberar os seus cruzados retidos no Banco Central os pequenos poupadores, porque os grandes acabaram achando alguma brecha nas exceções abertas pela equipe econômica do governo.

"Vamos acabar com a inflação" – dizia o presidente alguns dias antes. "A inflação está líquidada" – alardeava alguns dias depois. E o resultado, Sr. Presidente, dez meses após o estardalhaço: uma inflação de 22% e o lançamento do Plano Collor II.

O congelamento de preços e salários previsto em editorial da revista IstoÉ Senhor, de 12 de dezembro de 1990, foi reiteradamente negado pelo Governo. Mas o congelamento foi decretado na noite de 31 de janeiro deste ano.

Junte-se a tudo isso a cruel recessão que toma conta do País, o alarmante desemprego que aflige três milhões de pessoas e a perigosa descrença dos agentes econômicos nas medidas antiinflacionárias do Governo, e temos aí a primeira e a mais malograda criação do Plano Brasil Novo.

Mas não é só, Sr. Presidente! No início de seu Governo o Presidente Collor manifestou a sua firme determinação de salvar a criança brasileira. "Ou salvam-se as crianças, ou perde-se o País" – dizia ele em 31 de maio do ano passado, ao criar, com toda pompa e circunstância, o Ministério da Criança. De lá para cá, o presidente já criou o "Ministério Mirim", correu com crianças, desceu a rampa com escolares várias vezes, sancionou o Estatuto da Criança e do Adolescente e promulgou a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Na última solene descida da rampa de 1990, o presidente soltou uma pombinha branca entre seiscentos meninos brasilienses garbosamente vestidos, gerando uma imagem inesquecível para milhões

de telespectadores em todo País.

Mas até agora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao se completar um ano de governo, nada mudou significativamente na vida das crianças brasileiras. Ao contrário, muita coisa piorou para elas, graças à recessão e ao desemprego. Apesar do impacto publicitário dos planos governamentais para o setor, o que se vê na prática é a lentidão com que são implementados. Entre as exigências da nova legislação e a realidade dos milhões de meninos e meninas que vivem na degradação da rua e da pobreza, existe o bloqueio burocrático, a desarticulação, a ineficiência, a falta de planejamento estratégico e o descompromisso dos escalões inferiores do governo. E, o que é mais grave, além de não fazer, o Governo impede que outros o façam, ao interromper a liberação de verbas para instituições de assistências aos meninos de rua, de reconhecido sucesso, como a Associação São Martinho, a Arquidiocese do Rio de Janeiro e muitas outras, que tiveram suas verbas suspensas pelo Ministério da Economia. Só no Estado do Rio de Janeiro, mais de setecentas creches municipais e comunitárias, que atendem perto de cem mil crianças, estão sem receber do governo, pelos seus convênios, desde julho de 1990. A situação da Bahia, São Paulo, Minas Gerais e demais estados é semelhante ou pior que a do Rio de Janeiro.

Enquanto isso, milhares de pivetes sujos e malvestidos estão sendo assassinados por grupos de extermínio, ou explorados por "país de aluguel", traficantes e punquistas. Só no ano passado, cerca de quinhentos garotos foram assassinados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Segundo as denúncias que o próprio Ministro da Criança, Alceni Guerra, fez no Rio de Janeiro, empresários e comerciantes, vejam bem Srs. Senadores, acobertados por elementos da polícia, estão financiando exterminadores de meninos de rua.

No dia 11 de setembro do ano passado, o País assistiu também entre cético e indiferente, ao espalhafatoso lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, com o objetivo de "banir a vergonha do analfabetismo". Nos cinco anos de seu governo o presidente quer reduzir em 70% os analfabetos do País, e a meta do Programa é eliminá-los até o ano 2000, visando a adultos e crianças de 7 a 14 anos que não estejam na escola.

Sem as estruturas do antigo Mobral, o Governo Federal confiou a tarefa aos estados e municípios, traçando-lhes as metas e linhas a serem seguidas, sem optar por nenhum método de alfabetização e, o que é estranho, sem nenhum diagnóstico prévio, e recente da realidade. Com efeito, os números do analfabetismo nacional conhecidos hoje são projeções da última pesquisa nacional realizada pelo IBGE em 1987.

Partindo de tais dados e a julgar pela meta do Governo, o programa deverá alfabetizar, pelo menos, cinco milhões de brasileiros por ano, durante os quatro que ainda lhe res-

tam. E pelo ritmo em que as coisas estão caminhando, é muito improvável que a meta se cumpra. Sem um diagnóstico objetivo do problema e sem um projeto de distribuição de recursos, a Comissão de Alfabetização criada pelo Governo só teve um encontro durante o ano de 1990, e a Conferência Nacional, anunciada para dezembro, não saiu do papel.

O Ministro da Educação afirmou solenemente que o programa transformaria o Brasil numa "imensa sala de aula". Já estamos em março, Sr. Presidente, e não é o que estamos vendo acontecer, por enquanto.

Ademais, Sr. Presidente, educadores e pesquisadores do setor consideram um equívoco do programa colocar a ênfase nas crianças que não estão na escola. Segundo eles, há estudos que confirmam o fato de que 95% das crianças brasileiras têm acesso à escola. O problema, pois, está em cuidar para que elas permaneçam na escola e não saiam analfabetas. E, nesse caso, a preocupação também deveria ser com o professor. Só um magistério mais bem preparado e mais bem remunerado resolverá, por exemplo, a questão da repetência da primeira para a segunda série do primeiro grau que hoje atinge 50% dos alunos. Além da valorização do professor, mais escolas, materiais e equipamentos são necessários.

Portanto, o Programa Nacional de Alfabetização já nasceu com um grave defeito, quando não levou em conta a escola pública. A experiência internacional ensina que as campanhas de alfabetização têm efeito muito limitado quando não envolvem o ensino básico.

Por outro lado, a Unesco reconhece hoje o fracasso das tentativas de alfabetização em massa de adultos e, após dez anos de reflexão, ela propõe que os governos adotem estratégias humildes e localizadas e, até mesmo, abandonem as metas quantitativas. E recomenda, como prioridade número um, a "vacina" universal contra o analfabetismo: cuidar bem de todas as crianças em idade escolar, o que exige uma política educacional estável e não programas de emergência, que não passam de remédios.

O Sr. Mansueto de Labor – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. RUY BACELAR – Ouço o nobre Senador Mansueto de Labor, com muito prazer.

O Sr. Mansueto de Labor – Nobre Senador Ruy Bacelar, o pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz nesta manhã, avaliando as propostas do Governo, é de fundamental oportunidade. E, agora, V. Ex<sup>a</sup> se atém ao tópico da proposta educativa do Governo. O que se observa, neste ponto como em outros, é que há um discurso de um lado e há a prática do outro, geralmente, e quase sempre, em confronto, em desencontro. Uma coisa é o discurso do Governo, outra, o que realmente faz. Vejamos, por exemplo, qual é a proposta genérica, teórica do Governo, no que se refere à educação. O título é "O Novo Papel do Governo Federal na Educação". Se é

novo, vamos esperar que comece neste Governo. Quer dizer que é uma proposta nova. Afirmo ele: "A educação é uma das áreas onde a presença do Estado é fundamental. A iniciativa privada cabe um papel complementar importante, mas que nunca será desempenhado a contento se não houver, por parte do setor público, uma oferta educacional adequada à demanda da população e às necessidades do sistema econômico". Ora, um discurso desses, quem é que em bom senso, pode contraditar? Ninguém. Nós não somos oposição para contraditar um discurso desses; nós somos oposição é para aplaudir, para estimular que esse discurso chegue à prática, que o Estado assuma o seu papel nesse segmento importantíssimo da vida social, que é a educação. Mas, qual é a prática? Nesse primeiro ano do Governo Collor, o que ocorreu? O Ministério da Educação se engalfinhou numa luta contra as escolas privadas, porque deu ênfase demais à educação particular. Mas não foi uma briga por questões pedagógicas; foi simplesmente uma espécie de briga por tabelas de anuidades ou mensalidades escolares, como se o Ministro e o Ministério se tornassem agentes da Sunab. Creio que havia algo mais importante, mais elevado para o Ministério da Educação se preocupar nesse primeiro ano do Governo Collor, isto é, tornar prático seu discurso. A responsabilidade fundamental e maior da educação é do Estado. Entretanto, como não é proibida a atividade privada no setor da educação, ela deve ser pautada pelo interesse público, porque a educação não pode ser confundida com uma atividade comercial. Nesse ponto, o Governo se trai no seu discurso: reduz tudo à situação do mercado. Vejamos como completa depois: "...a maior liberdade de atuação, seja quanto a preços, seja quanto à esfera pedagógica e curricular do setor privado, deve corresponder a uma melhoria da educação pública" - não tenha dúvida. "Só assim o próprio mercado se encarregará de definir patamares mínimos de qualidade e máximo de preços." Quer dizer, essa última frase no discurso do Governo, quando reduz tudo a uma questão de mercado, instala a tragédia da educação, porque não é Dona Zélia, não é a equipe econômica, não são os formuladores do Plano Brasil Novo que resolverão o problema da educação. A questão da educação não se reduz, absolutamente, a uma questão de mercado. Aliás, o grande equívoco deste Governo é confundir nação com mercado. Tudo se reduz a essa palavra mágica, a esse ser onisciente, onipresente, que se chama mercado. Nunca se viu isso. Os economistas mais avançados estão rejeitando o princípio do mercado como regulador de todos os mecanismos, não só entre os agentes econômicos, mas também no que se refere à educação. Então, na realidade, nem a prática, nem essa proposta final do discurso do Governo correspondem aos anseios da sociedade brasileira. A análise que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo é pertinente, é atualíssima, no sentido de que é preciso convocar toda a sociedade, todos os segmentos da

vida brasileira, que sempre estiveram preocupados com a educação, as organizações, as igrejas, as entidades públicas, as fundações particulares, pois todas elas exercem um papel importantíssimo, para debaterem essa momentosa questão. Em vez de uma convocação geral, de um entendimento no que se refere à educação, o Governo impõe, torna-se um mero fiscal, quer transformá-la numa questão de mercado e considera que a fatia principal desse mercado compete ao poder público. Só que o poder público, até hoje, não deu a menor demonstração de querer formular uma verdadeira política educacional de acordo com os interesses nacionais. Lamentavelmente, temos que dizer isso, essa visão é pessimista. Gostaríamos que o Governo estivesse acertando nesse setor, mas não está fazendo nada. A imagem mais adequada para o caso, vale repetir, é a do Líder do PTB na Câmara: disse S. Ex.<sup>a</sup> que este Governo se assemelha muito àquele japonês da dinamite, cuja especialidade era dinamitar prédios. Isto é, destruiu o que existia, e no terreno vazio não construiu nada até agora. Mas como ainda faltam quatro anos, não vamos nos desesperar, não é Senador Ruy Bacelar? Não vamos desanimar. Vamos cooperar para que este Governo acerte, queremos que ele acerte. O destino do País está em jogo e, em função disso, queremos que o Governo continue a ter credibilidade. Mas se é só para destruir, derrubar o que estava em pé, parar o que estava funcionando, não é preciso ser governo. Mas isso não é só na área da educação não, é na área da saúde, da administração pública, também. A tal reforma administrativa é uma dinamite na administração, porque está fazendo parar aquilo que ainda funcionava. Para não me alongar mais, quero reiterar que o assunto é, realmente, apaixonante, e parabênzo V. Ex.<sup>a</sup> pelo importante pronunciamento que faz.

**O SR. RUY BACELAR** - Agradeço ao eminente Senador e incorporo, com muito prazer, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> a este meu modesto discurso.

V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão quando fala que esse projeto, essa carta de boas intenções, esse projeto de campanha política do Presidente Collor é mais uma encenação, porque a situação de Sua Excelência não está muito boa perante o povo brasileiro. Então, Sua Excelência, com mais esse projeto, procura iludir o povo brasileiro, seguindo os mesmos passos do seu antecessor, o Senador José Sarney. E é lamentável, constatar, também, o que V. Ex.<sup>a</sup> diz, que o nosso ex-colega, Senador Carlos Chiarelli, hoje exercendo a função de Ministro da Educação, perdeu um ano, um ano se foi, se esvaiu, tratando somente de coisas estereis, como o problema de preço de mensalidade, escola pública versus escola privada, quando se sabe que se a escola privada existe é pela ineficiência do Estado, pela situação calamitosa de nossas escolas públicas.

Por isso endosso, com muita satisfação, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> ao meu discurso.

Dando prosseguimento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tecerei agora algumas considerações sobre o setor de saúde, há pouco lembrado por V. Ex.<sup>a</sup>

O Ministério da Saúde, Sr. Presidente e Srs. Senadores, foi literalmente desmontado logo no início do Governo Collor, e parece-me que o interesse do atual Presidente é desorganizar aquele pouco que ainda tínhamos de organizado neste País - com a promessa de profundas mudanças no gerenciamento e na qualidade dos serviços de saúde do País. De acordo com a política oficial de enxugamento da máquina administrativa, ali também milhares de funcionários foram demitidos ou colocados em disponibilidade, ganhando sem trabalhar e engrossando a nova categoria institucionalizada de marajás.

O Governo Collor ainda não informou à Nação os benefícios que a dispensa em massa de médicos, de técnicos e de vigilantes sanitários trouxe à saúde pública dos brasileiros. O que sabemos é que as campanhas de vacinação antípólio e contra o sarampo sofreram atraso. Que São Paulo, o Estado mais rico da Federação, teve no ano passado a primeira grande epidemia de dengue de sua história, com mais de mil casos confirmados e só em janeiro e fevereiro deste ano já registrou 4.291 casos, além dos 335 de leptospirose, com 27 mortes. Que os novos diretores dos hospitais do Inamps, nomeados pelo Ministro Alceni Guerra, estão pedindo a readmissão dos professores eméritos de Medicina e dos médicos renomados, afastados pelo Ministro sem saber quem eram e o que faziam. Que denúncias diárias são feitas de mau atendimento de filas intermináveis nos hospitais do Governo, sem nada ser feito para a solução dos problemas.

Pelo contrário, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que se viu foi o Presidente Collor vetar, integral ou parcialmente, quinze dos quarenta artigos da Lei Orgânica da Saúde, precisamente os pontos que viabilizavam o bom funcionamento do Sistema Unificado de Saúde no País. O que se vê é o adiamento indefinido e inexplicável da criação efetiva da Fundação Nacional de Saúde. O que se ouve são denúncias de que em hospitais particulares remunerados pelo Inamps, os doentes são selecionados de acordo com a doença, para que não dêem prejuízo; que o pagamento dos serviços pela AIH, tabela por doença e forma de tratamento, facilita a fraude e a corrupção; que hospitais particulares credenciados esterilizam mulheres em quantidade e registram nas guias de internação retirada de cisto do ovário, recebendo assim dez vezes mais pela cirurgia.

Eis aí, Sr. Presidente, alguns exemplos mostrando o fracasso da política de saúde do atual Governo e confirmando, uma vez mais, a distância que vai entre o discurso altissonante e a triste realidade.

Ao assumir o Ministério da Ação Social, a Ministra Margarida Procópio anunciou a todo o País que o Presidente Collor construiria quatro milhões de casas populares, apesar de o nosso déficit ser acima de dez mi-

lhões, até o final do seu Governo. Mas o Plano Plurianual encaminhado ao Congresso Nacional destina somente 44 bilhões de cruzeiros (em valores de maio de 1990) à área habitacional nos próximos quatro anos. Ora, segundo o Secretário Nacional de Habitação, essa quantia é muito pequena e somente daria para construir cem mil casas populares, ou seja, 2,5% do total prometido pelo Governo.

Para 1991, a Secretaria de Habitação dispõe de uma verba de quatrocentos mil dólares, dos quais, cem mil do orçamento federal e trezentos mil de recursos, se conseguidos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para engordar um pouco mais o orçamento do setor, o Governo pretende usar o dinheiro do FGTS e apelar para empréstimos externos que, todos sabemos, estão muito difíceis. Mas o País inteiro ficou impressionado com o anúncio bombástico da meta inicial, que hoje poucos acreditam que será cumprida.

O Sr. Nelson Wedekin – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar?

O SR. RUY BACELAR – Ouy o aparte do nobre Senador Nelson Wedekin.

O Sr. Nelson Wedekin – Senador Ruy Bacelar, quando V. Ex.<sup>a</sup> traça o painel, neste momento, sobre o desmonte, o desfazimento de setores públicos, V. Ex.<sup>a</sup> demonstra a evidência de que esse desmonte, esse desfazimento se dá exatamente nas áreas da educação, da saúde e da assistência social. Queria apenas fazer esta referência, que é a que me chama a atenção, neste momento. Exatamente a educação, a saúde e a assistência social seriam as áreas prioritárias em favor das quais em nome de quem se elegeu o Senhor Fernando Collor de Mello: os descamisados e os pés-descalços. De modo que não se promove apenas o desmonte, se desfaz o que existia, nada se colocando no lugar. Há, nesse seu discurso, a evidência gritante, e de algum modo assustadora, de que os destinatários de qualquer ação governamental que se preze, que tenha esse nome, não estão recebendo esses benefícios. V. Ex.<sup>a</sup>, no seu pronunciamento, aborda a contradição central do Governo Fernando Collor de Mello, eleito em nome dos marginalizados, dos pobres, dos descamisados, dos pés-descalços, são exatamente esses setores, que constitui, infelizmente, a maioria da população brasileira, os que mais sofrem com o desmonte, com o desfazimento e com o desgoverno. Meus cumprimentos, Senador Ruy Bacelar, pelas suas observações tão pertinentes e tão oportunas.

O SR. RUY BACELAR – Incorporo, com muita satisfação, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> ao meu discurso.

V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão. A impressão que me dá é que o Presidente Fernando Collor de Mello continua em plena campanha, em cima do Palanque, sempre enganando, como enganou o povo na eleição próxima passada.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, veja-mos agora, o setor de transportes, as nossas estradas:

No setor de transportes, o SOS Rodovias já começou mal. A contratação irregular de empreiteiras feita pelo então secretário, Marcelo Ribeiro, provocou a sua demissão. Com os 25 bilhões de cruzeiros do Selo Pedágio liberados pelo Congresso Nacional, o Governo pretendia consertar 15 mil quilômetros de estradas ruins e péssimas. A informação que se tem, Sr. Presidente, é a de que os consertos não passaram de uma operação tapaburacos, executada às pressas e em trechos que, de tão ruins, deveriam ser totalmente reconstruídos. As estradas federais continuam em mau estado e precisando de socorro.

Sem poder contar com o IPVA, transferido para os estados, o Governo federal está de mãos atadas, não só para construir novas rodovias, mas até para conservar os quase setenta mil quilômetros de sua malha viária. Segundo cálculos do próprio DNER, os custos de recuperação de uma estrada regular ficam em oitenta mil dólares o quilômetro e, de uma estrada ruim ou péssima, de 125 a 220 mil dólares. Ora, segundo esses cálculos, o SOS Rodovias precisaria hoje de 72 bilhões de cruzeiros para reconstruir de verdade os quinze mil piores quilômetros de nossas BR.

Vejamos agora, Sr. Presidente, o tão falado e tão decantado Programa de Privatização, como se privatizando, entregando esse patrimônio do povo brasileiro, construído com suor e trabalho, fôssemos resolver de uma hora para outra o problema da educação, da saúde e de tanta gente humilde e pobre que existe neste País. Quanto ao Programa de Privatização, a menina dos olhos do atual Governo, sabe-se apenas que há 24 estatais na lista das privatizáveis, mas nenhuma, até agora, foi ou começou a ser, realmente, privatizada.

Sr. Presidente, os governistas costumam dizer que este Governo, embora erre no varejo, vem acertando no atacado, como se a corrente pudesse ser mais forte que o mais fraco dos seus elos, e se a árvore não fosse conhecida por seus frutos.

Apesar do estardalhaço com que o Presidente Collor garantiu melhorar a vida dos milhões de descamisados brasileiros, eis o que "lucram" até agora, após um ano de "Brasil Novo": salários congelados; o menor salário mínimo desde 1940 e que vale hoje metade do que valia em março do ano passado; três milhões de desempregados; bloqueio da poupança; fim do programa do leite; nenhuma solução para os sem-terra; setenta assassinatos de agricultores e líderes sindicais e outros tantos ameaçados de morte; mais de um milhão de pessoas dormindo nas ruas das grandes cidades.

A verdade, Sr. Presidente, é que este Governo vem tentando governar o País com gestos teatrais, jogadas de marketing político e programas de impacto.

Ao invés da chuva "criadeira", caindo mansa, fina, silenciosa e persistente, e fazendo a alegria das plantas e a festa do agricultor,

o Governo tem preferido ser o temporal ou a "tromba d'água", que faz muito estrondo, mas é passageira e deixa mais danos que benefícios.

Agora mesmo, ao completar um ano de Governo, o Senhor Presidente da República apresenta à Nação o Projeto de Reconstrução Nacional, que contém propostas, promessas, muitas delas já apresentadas por ilustres parlamentares ao Congresso Nacional.

Excessivamente ampla, a proposição do Governo traz mais boas intenções do que projetos perfeitos e acabados. Define como uma de suas prioridades a atração do capital estrangeiro; pretende o fim da estabilidade para os servidores; acabar com a aposentadoria por tempo de serviço; definir as competências do Governo Federal, Estadual e Municipal em setores que recebem recursos da União, como educação e saúde; previsão de áreas prioritárias para os novos investimentos no País, utilizando o Programa de Competitividade Industrial (PCI) para incrementar o setor têxtil, automobilístico e mecânica de precisão, novos materiais, biotecnologia etc.

Mas o debate de um projeto tão abrangente pode se perder, dar em nada como as outras iniciativas propagandísticas da administração Collor.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Ruy Bacelar, o Sr. Dirceu Carneiro, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.*

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra

O SR. ALUÍZIO BEZERRA (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de dirigir um apelo aos órgãos ligados ao Ministério da Economia para que atendam às reivindicações encaminhadas pelos seringueiros e seringalistas do Acre e da Amazônia, em favor do reajuste do preço da borracha.

É importante que essa proposta seja atendida, por várias razões. Como todos sabem, a produção de borracha é a atividade preponderante tanto no meu estado como em outros da região Amazônica.

Por se tratar de uma atividade extrativista, o que contribui para que a população ocupe completamente, há mais de um século, as nossas fronteiras naquela região, os seringueiros, com o seu trabalho, substituem, sem dúvida alguma, o que caberia ao nosso Exército, que tem como uma das competências constitucionais garantir as nossas fronteiras sobretudo na Amazônia Ocidental.

Sr. Presidente, o não reajuste do preço da borracha está acarretando problemas seríssimos naquela região. Há seringalistas com todas as suas propriedades comprometidas com o Banco da Amazônia, devendo estas ser lei-

loadas a curto prazo, pois os seringueiros não puderam quitar os seus compromissos junto aos bancos financiadores.

A situação, nesse sentido, faz estender a crise aos seringueiros. E isso traz graves conseqüências. Em primeiro lugar, há uma preocupação a nível nacional com relação à forma do desenvolvimento da Amazônia, sendo o mais apropriado aquele que combine o desenvolvimento com a conservação do meio ambiente.

Nesse sentido, a atividade extrativista, sobretudo a da produção de borracha, porque existe mercado nacional, deve ser estimulada para assegurar a ocupação de mão-de-obra.

A diminuição ou ausência dessa atividade vai implicar no crescimento de outra, para garantir condições de vida à população da região.

Outra atividade econômica também difundida na Amazônia é a pecuária extensiva, porque pode ser desenvolvida com certa lucratividade, dependendo muito pouco de infraestrutura de transportes.

Ora, Sr. Presidente, a pecuária extensiva é justamente a atividade econômica com a qual não só o Brasil mas todo o mundo está preocupado que seja desenvolvida na Amazônia. Por quê? Porque, justamente, é aquela que leva à devastação completa da Amazônia. Então, nós, que estamos justamente interessados em assegurar um desenvolvimento na Amazônia, em absoluta harmonia com a conservação do meio ambiente, teremos que fazer um esforço excepcional para garantir que sejam asseguradas condições para que se desenvolvam na Amazônia as atividades econômicas que assegurem esse binômio: desenvolvimento e conservação do meio ambiente. E, sem dúvida alguma, uma delas é assegurar um justo preço da borracha, tanto para garantir condições de permanência do seringueiro na atividade produtiva da borracha, como dos seringueiros, que são os empresários dessa área.

Sr. Presidente, esta é a comunicação que fazemos, neste instante, a esta Casa, esperando que ela chegue ao Ministério da Economia e ao Ibama, que nesse instante, está recebendo uma delegação do Conselho Nacional dos Seringueiros. Quero deixar registrado que recebi, esta semana, apelo de algumas cooperativas de beneficiamento da borracha, alegando que os produtores estão com grande dificuldade para cumprir seus compromissos financeiros, em virtude da defasagem do preço da borracha, e que está trazendo grandes problemas sociais. Para exemplificar, com o preço atual da borracha, o seringueiro, que é o trabalhador que fica no interior, nos altos rios, adentrado na floresta, não possui renda que lhe assegure as mínimas condições de manter sua família, como assistência à saúde, alimentação, etc., pois, para ele, não existe a possibilidade de receber sequer um salário mínimo mensal.

Portanto, tendo em vista a estimativa da produção de borracha de cada seringueiro, por ano, com o preço atual, significa dizer

que um seringueiro não atinge sequer a meio salário mínimo por mês.

O Sr. Nabor Júnior - Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA - Com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior - Desejando colaborar com a exposição que V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo a respeito da crise que atravessa esse importante setor da economia da Amazônia, eu gostaria de aduzir pequenas considerações, dizendo que na última terça-feira estive tratando desse problema com a Presidente do Ibama, Professora Tânia Munhoz, e naquela ocasião S. S.<sup>a</sup> revelava sua preocupação com o preço da borracha e também com o esvaziamento que está havendo nos seringueiros da Amazônia, que, em última análise, é uma atividade preservacionista, não contribuindo para a devastação da Floresta Amazônica. Ela dizia, também, que foi nomeado um grupo de trabalho para apresentar sugestões, que objetivam a adoção de uma política de amparo a esse setor, mas que o problema do preço, que, agora, é um problema emergente, é mais reclamado pelos produtores, está afetado ao Ministério da Economia. Quero também aproveitar a oportunidade em que V. Ex.<sup>a</sup> está tratando do assunto, fazer um apelo à Sra. Ministra Zélia Cardoso de Mello para que S. Ex.<sup>a</sup> determine imediatas providências no sentido de que o preço da borracha venha a ser atualizado, porque há vários meses esses preços estão estacionários. Não tem ocorrido uma atualização desses preços, nos últimos tempos, enquanto nós temos uma inflação de mais de 20% ao mês. Isso está desestimulando os produtores, que não estão conseguindo pagar os seus financiamentos junto ao Banco do Brasil e ao Banco da Amazônia. Há ainda outro aspecto muito grave que quero, nesta oportunidade, denunciar: é a retenção dos estoques da borracha produzida na Amazônia, que não estão sendo comercializados pela indústria de São Paulo e de outros Estados da Federação que, normalmente, adquirem esses setores, porque o Governo está autorizando a importação de borracha da Malásia, em detrimento da produção nacional. Se por um lado, o Governo não atualiza o preço da borracha nativa, não estimula a aquisição dos estoques que estão nas usinas da Amazônia, ele, por outro lado, autoriza a importação de borracha estrangeira para competir com o produto nacional. Esta é uma denúncia muito grave que quero acrescentar ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. ALUÍZIO BEZERRA - Agradeço e incorporo o aparte do companheiro Nabor Júnior, Senador do nosso Estado, conhecedor profundo dos nossos problemas econômicos e sociais.

Realmente, o problema da defasagem do preço da borracha nos traz todas essas conseqüências. Em primeiro lugar, são os grandes problemas econômicos e sociais pa-

ra a população que está voltada para a atividade da produção da borracha. Em segundo lugar, trata-se da preservação da Amazônia. Para esse fim, foi criada uma política voltada para a preservação da Amazônia, com a adoção de algumas medidas criando as reservas extrativistas, que são medidas corretas, reivindicações legítimas dos seringueiros, adotadas pelo Governo Federal através do órgão que está encarregado dessa problemática, que é o Ibama. Várias reservas extrativistas foram criadas. O que significa a criação de milhões de hectares de reservas extrativistas? Significa que nessa área toda a atividade extrativista pode ser desenvolvida, inclusive a agroindústria baseada em projetos de manejo auto-sustentados, porém a atividade pecuária ou agropecuária está excluída. Como é do conhecimento de todos, a pecuária extensiva é uma ameaça à Amazônia, na medida em que essa atividade constitui a base do processo de devastação da floresta, como tem sido constatado em vários lugares.

Ora, Sr. Presidente, há essa questão do preço da borracha, levantada pelo companheiro Nabor Júnior, decorrente da importação do produto da Malásia. Todos aqueles empresários de São Paulo do Setor de manufaturados de borracha há muito pressionam o Governo - e pressionavam antes a Sudhevea - para ampliar as quotas de importação de borracha. Havia uma política anterior que assegurava a importação de borracha, mas ao mesmo tempo assegurava os mecanismos em que essa importação não poderia ser feita em detrimento do mercado interno. Com a mudança do controle da política da borracha para o Ibama, hoje está-se aplicando a política defendida pelos importadores e produtores de artefatos e subprodutos de borracha, que é que eles queriam, talvez se aproveitando da inexperiência do pessoal do Ibama. A importação está-se dando em detrimento da produção interna, gerando estoques que não estão sendo absorvidos pelo mercado interno, pelos produtores de artefatos de borracha. Isso significa a crise de cooperativas, como a Cooperativa dos Produtores de Borracha de Itaramacá, de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira, no meu Estado, e de outras cidades da Amazônia, justamente em função da não-absorção pelo mercado interno da produção de borracha nativa da Amazônia. A importação da borracha da Malásia traz como conseqüência direta a falência dessas cooperativas de produtores e, mais diretamente, a crise dos seringueiros. É um outro ponto que vem dificultar a vida na Amazônia.

Portanto, Sr. Presidente, ao concluir...

O Sr. Mansueto de Lavor - Nobre Senador Aluízio Bezerra, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. ALUÍZIO BEZERRA - Com a máxima satisfação, ouvimos o aparte do nobre Senador Mansueto de Lavor.

O Sr. Mansueto de Lavor - Eu só queria complementar dizendo que parece incó-

modo para um representante do povo, como é V. Ex.<sup>a</sup> - no caso do povo do Acre, da Amazônia, junto com o nobre Senador Nabor Júnior - defender aumento de preços. Mas o que propõe V. Ex.<sup>a</sup>, com o nosso apoio, não é um mero e simples aumento de preços para satisfazer movimentos especulativos da produção da borracha. V. Ex.<sup>a</sup> toma uma atitude aqui semelhante à da Prefeita Erundina, de São Paulo, que lutou, brigou e impôs um aumento de preços nas passagens dos ônibus - questão bem mais sensível do ponto de vista social - sob o argumento - que é o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> - de que, quando os custos de uma produção excedem os preços dessa produção, significa que esse sistema produtivo vai abaixo. Ele não se pode sustentar; quebra. Em suma, o que V. Ex.<sup>a</sup> defende, antes de ser a elevação do preço da borracha, é uma remuneração justa para os seringueiros. Sobre exatamente isso eu conversava com um produtor de açúcar do meu Estado, Pernambuco. Ele dizia ser impossível haver uma remuneração justa para os canavieiros de Pernambuco, os trabalhadores da palha da cana, se não houver um preço justo para o produto, o açúcar, caso contrário, haverá essa eterna quebradeira dos produtores. Na realidade, os preços são irrealis, não se podendo manter o sistema produtivo adequadamente, a não ser que o Governo dê subsídios permanentes. Essa questão da importação da borracha é, realmente, uma denúncia. Precisamos combatê-la. O açúcar brasileiro não é colocado, por exemplo, na Alemanha - só entram cotas limitadíssimas - e lá se produz a preços altíssimos o açúcar da beterraba. Por quê? Porque é preciso manter o trabalhador rural bem remunerado e fixo à terra, não indo "inchar" as grandes cidades. O governo é responsável. Quando se examina a questão da produção, vê a parte do preço final, mas vê também a parte da remuneração do produtor. Então, nesse caso, a permissão de importação da borracha para manter um preço aviltado do produto interno é um desrespeito aos direitos do trabalhador seringueiro da Amazônia. É realmente um esmagamento da economia de produção da borracha na Amazônia, que é, como V. Ex.<sup>a</sup> bem frisa, uma economia conservacionista e não destruidora das imensas e ricas reservas florestais da Amazônia. Por tudo isso, congratulo-me com a linha de pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> Quero aplaudi-lo, e não há nenhum incômodo, portanto, em defender a elevação do preço de uma matéria-prima que emprega milhares e milhões de brasileiros naquela região, conservando o seu perfil e as suas riquezas naturais. Parabéns a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** - Agradeço o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Mansueto de Lavor, que enriquece este pronunciamento e consolida as nossas reivindicações com relação à justiça de nossa proposta, que é justamente a de se adotar uma política de preços com relação à borracha, assegurando tanto ao empresário quanto ao tra-

balhador da borracha o justo preço para lhe dar condições dignas de sobreviver naquela região. O seringueiro, muito mais do que um produtor de borracha, é também um guardião de nossa fronteira, e, mais do que isso, é o ocupante de uma região onde a sua atividade econômica é a que mais se harmoniza, no momento, com a conservação da Amazônia, que é a preocupação da larga maioria da sociedade brasileira e inclusive da população mundial.

**O Sr. Ronaldo Aragão** - Nobre Senador Aluizio Bezerra, permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** - Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte, nobre Senador Ronaldo Aragão.

**O Sr. Ronaldo Aragão** - Ouvi com muita atenção o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> e os apartes dos Senadores Nabor Júnior e Mansueto de Lavor. E queria ser breve, dizendo que, enquanto não se garantir o preço para a borracha, enquanto não se tiver um plano para o desenvolvimento da Amazônia que se compatibilize com a natureza e o homem, vamos ficar nesta Casa discutindo, discutindo e fazendo risco na água. Parece-me que não há por parte do Governo nenhuma sensibilidade quanto a garantir um preço justo para a borracha, o látex que se extrai na região amazônica, quando, em determinadas regiões, como no Acre, no Amazonas e em uma parte de Rondônia, a questão do preço da borracha é uma questão de sobrevivência daqueles que se dedicam àquela atividade econômica. Se o Governo não entender assim, se os organismos responsáveis pelo preço da borracha não virem por outro ângulo, até por um ângulo humanitário, por um ângulo da sobrevivência daqueles que estão lá na nossa região, creio, Senador Aluizio Bezerra, que vamos continuar aqui discursando e os grandes grupos que importam a borracha da Malásia vão ser mais ouvidos do que nós que defendemos a região amazônica. Quero parabenizar V. Ex.<sup>a</sup> e desejar que o Governo procure ver a região amazônica com outros olhos e de uma outra maneira.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** - Agradeço o aparte, nobre Senador Ronaldo Aragão, Senador pelo Estado de Rondônia, que tem os mesmos problemas que temos nos Estados do Acre, Amazonas, parte do Pará e Roraima.

**O Sr. Jutahy Magalhães** - V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** - Concedo o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** - Senador Aluizio Bezerra, quero me solidarizar com V. Ex.<sup>a</sup> nesse pleito que faz no interesse da região de V. Ex.<sup>a</sup> e no de tantos outros da Amazônia. A reivindicação de V. Ex.<sup>a</sup> também atinge uma parte da agricultura baiana. Não tivemos um desenvolvimento maior no plantio de seringueiras exatamente pelas dificulda-

des que V. Ex.<sup>a</sup> aponta, que são as de todos aqueles que procuram explorar essa área. Tentamos, na Bahia, fazer uma plantação mais extensiva da seringueira, o que foi dificultado primeiro, com as pragas enfrentadas naquela região, e, depois, com a questão de preços, pois é permanente essa luta em prol de uma tentativa de obter uma melhor remuneração. Daí não haver um desenvolvimento maior da sua cultura. Então, V. Ex.<sup>a</sup> está, também, a defender uma questão da sua região, defendendo uma pequena parte da nossa Bahia, que também planta seringueiras. De modo que quero me solidarizar com V. Ex.<sup>a</sup> e esperar que obtenha êxito com seus colegas da região nessa luta que empreendem.

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** - Agradecemos imensamente o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães.

Realmente, a Bahia tem uma área de produção de borracha muito semelhante à da Amazônia, como a região de Ilhéus e Itabuna, onde estive visitando e conhecendo. Sem dúvida alguma, incorporamos o aparte de S. Ex.<sup>a</sup> ao nosso pronunciamento, porque a região da produção de borracha da Bahia, apesar de distante da Amazônia, tem as mesmas condições de microclima, onde se dá uma produção considerável de borracha hoje e que está também na mesma situação com relação ao problema de preço, em face da atual política de importação; ou seja, na medida em que prevalece a atual política de importação de borracha, o preço da borracha interna, cai, criando os mesmos problemas tanto para os produtores da Amazônia como para os produtores da Bahia.

Sr. Presidente, ao concluir nossa intervenção, queremos deixar bem claro o nosso apelo às autoridades do Governo Federal para que tenham sensibilidade, a partir do órgão técnico, que é o Ibama, e, depois, ao Ministério da Economia, no sentido de que seja acolhida a proposta que está sendo encaminhada, seja pelos membros de cooperativa, seja pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, sob dois aspectos: primeiro, um justo preço para a produção de borracha da Amazônia, que assegure as mínimas condições de sobrevivência para o seringueiro; segundo, que modifiquemos a política de importação de borracha, para que os estoques de produção interna sejam devidamente comercializados por um preço justo no mercado nacional, por parte dos industriais de artefatos de borracha.

Finalmente, quero alertar que a ausência dessa política com relação a esses dois pontos poderá trazer, como consequência, aquilo que justamente não se quer para a Amazônia, que é a falta de mecanismos para a produção de borracha como atividade econômica na região, e dar lugar ao que já se iniciou em Rondônia e outros estados da Amazônia, à pecuária extensiva, que é a grande ameaça para a Amazônia.

É necessário que tenhamos a preocupação de preservar as atividades extrativistas, criar condições apropriadas de uma justa re-

muneração, um justo preço, um justo salário para aqueles que a desenvolvem na amazônia. Assim o fazendo, estamos efetivamente sinalizando a economia adequada para uma região que tem que ter a constante vigilância no que tange à sua conservação para o Brasil e para o mundo. Não adianta fazer grande divulgação, em nível nacional, de que estamos em favor da amazônia, de que estamos querendo defendê-la, de que não adianta reunir grande quantidade de ecologistas no País, desenvolvendo uma publicidade a nível nacional e internacional, se não adotarmos medidas práticas, objetivas, concretas que tenham por base esse binômio: apoiar as atividades econômicas na amazônia, que estejam em perfeita harmonia com a conservação do meio-ambiente e que essas atividades econômicas assegurem uma remuneração justa para os trabalhadores dessas atividades naquela região.

Sr. Presidente, eram estas as nossas considerações. (Muito bem!)

O Sr. Maurício Corrêa - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Concedo a palavra, ao nobre Senador.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT - DF. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, uso da palavra para manifestar um protesto, neste instante. A Bancada de Brasília, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, compareceu ao Ministério da Infra-Estrutura, fazendo um apelo ao Ministro Ozires Silva, no sentido de que havendo de ter que demitir funcionários na área que, pelo menos, se cumprisse um critério que seria: aqueles que estão em condições de se aposentar que o seriam, portanto, aposentados, e que a preferência para essas demissões recaíssem nos funcionários que têm duplo emprego.

Muito bem. O Ministro concordou e saímos de lá - o Presidente do Sindicato da categoria estava presente - tranqüilos de que esse entendimento haveria de se prevalecer.

No entanto, no final desta semana, a partir de anteontem, estamos presenciando uma demissão, em massa, na Eletronorte, sem obedecer esses critérios, trazendo intranquilidade enorme para a família, recaindo esse drama essencialmente sobre a população de Brasília, na medida em que o maior contingente de funcionários está localizado na Capital da República.

Já disse, numa certa ocasião, que a demissão de funcionários não contribui para o enxugamento da máquina administrativa no sentido da poupança. Se assim fosse, os duzentos mil funcionários sacrificados no I Plano teriam produzido um resultado para que a inflação fosse debelada. Por outro lado, indicativos de outros países também não demonstram essa verdade. Daí, Sr. Presidente, eu usar a palavra para manifestar a minha melancolia diante da palavra do Ministro e do descumprimento; são até agora mais de duas centenas de funcionários que foram despedi-

dos sem obedecer à esses critérios. Anuncia-se no jornal de hoje, o *Correio Braziliense*, na primeira página, que no setor da Eletronorte, serão dispensados mais 15 mil funcionários.

Ora, Sr. Presidente, sabemos que a recessão produziu um índice de 4,6% negativos com relação ao PIB do ano passado. Para onde vamos caminhar, se a sociedade como um todo está em pânico, porque a demanda de empregos é exagerada e o mercado de oferta não existe? Em São Paulo são 148 mil postos de serviços que foram extintos. A Autolatina reaparece, agora, com a afirmação de que prosseguirá, após a trégua, com as demissões no seu quadro de funcionários das duas grandes multinacionais incorporadas na Autolatina, que é a *holding*. Para onde vamos? Para onde esse Brasil caminha com essa intranquilidade que está gerando perante toda a Nação, sobretudo recaindo esse ônus sobre a classe mais sofrida, a classe mais afastada do plano da competição do mercado, das suas utilidades, que é o trabalhador?

Infelizmente, o Ministro Ozires Silva não cumpriu com a palavra, e receio que, novamente, anúncios virão decepcionando cabeças de trabalhadores que já não têm condições, já com um parco salário mínimo e, agora, sem emprego, de sustentar a sua família.

O Sr. Jutahy Magalhães - Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Com o maior prazer, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães - Ao escutar V. Ex.<sup>a</sup>, primeiro fico preocupado em verificar que, mais uma vez, representantes do Governo, no caso o Ministro, venha a faltar com a palavra empenhada aos compromissos assumidos. Isso vem se repetindo no Senado, na Câmara e, agora, numa área administrativa, o que é muito preocupante, porque ficamos sem ter a idéia de podermos estabelecer uma conversação, estabelecermos os compromissos, se ao sairmos, ao virarmos as costas, tudo aquilo que conversamos for esquecido. Tenho em mãos uma frase da Ministra Zélia Cardoso de Mello, que diz: "Demitir é um velho hábito que não funciona mais. Trata-se de uma maneira velha e ultrapassada de resolver problemas". No entanto, é o Governo que demite através de manifestação da própria área da economia. São eles que estabelecem aqueles limites de demissões de funcionários para "emxugar" a máquina. Veja V. Ex.<sup>a</sup>, mais uma vez, o que é dito por representantes do Governo não representa a realidade do pensamento deles.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. V. Ex.<sup>a</sup> lembra muito bem que já tivemos a amarga experiência no plenário desta Casa, no plenário da Câmara, enfim, no plenário do Congresso, acerca de compromissos assumidos pelo Governo, e que não foram cumpridos.

Agora, estamos diante da aprovação dos vetos ao Regime Jurídico que, formalmente, foi aqui neste plenário, assegurado o cumprimento total da sanção do projeto que se converteu na lei. Enfim, não há condições de nos entendermos com o Governo em termos de reciprocidade ética de cumprimento da palavra.

Estamos com a perspectiva desse entendimento, e é prudente que haja uma pausa com relação a essas demissões injustas, cruéis, que estão sendo feitas, que ameaçam ser feitas.

Tenho o maior interesse em dar a minha contribuição sem nenhum maniqueísmo, sem nenhum *partipris*, quero colaborar, estou consciente de que preciso colaborar para a recomposição da ordem social no meu País.

Estou ciente de que essa contribuição é indispensável. Também estou seguro de que não se deve alijar o Governo da participação desse entendimento. Na verdade, apesar de propostas esdrúxulas, que não têm nenhum cabimento, não podemos fugir a essa regra civilizada de sentarmos à mesa em busca de um entendimento.

É preciso também que o Governo entenda que se torna indispensável o cumprimento da palavra oficial dada pelos seus homens. Eu, apesar de não me recordar, estou de não ser novo, repito, pois já tenho idade suficiente para me lembrar, mas, naqueles velhos tempos, o meu pai falava que se trocava um fio do bigode pelo cumprimento da palavra. Eu procuro exatamente cumprir aquilo que assumo. Acredito que o que prevalece na vida privada tem que prevalecer na vida parlamentar, até com mais razão. É, infelizmente, o Governo não tem cumprido as suas promessas, não tem cumprido com os seus compromissos, compromissos que solenemente foram aqui, perante nós, assumidos pelos representantes, por aqueles, enfim, que falam em nome do Governo.

Quero dar a minha contribuição honesta e sincera. Posso ter as minhas oposições e até a minha idiossincrasia em propostas mais profundas, em sugestões que têm uma abrangência mais complicada, mais polêmica, como a eliminação da estabilidade, como a questão relativa ao monopólio enfim, tenho restrições, mas não posso me furtar ao meu dever de examinar propostas inteiramente justas, preocupantes, não só para o Governo, que tem a responsabilidade de dirigir a máquina administrativa do Brasil, mas nós também entendemos que são justas essas apreensões, essa ansiedade. Mas, torna-se indispensável que haja, por parte do Governo, a honestidade, o dever ético de cumprir os compromissos que são assumidos.

Infelizmente, o Ministro da Infra-Estrutura não cumpriu com a palavra que foi assumida com a bancada de Brasília, com os representantes sindicalistas que estavam naquele encontro de duas ou três semanas atrás.

O Sr. Esperidião Amin - Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Com prazer, Senador.

O Sr. **Espíridião Amin** – Senador Maurício Corrêa, eu gostaria de fazer uma observação a V. Ex<sup>a</sup> antecedida de uma informação. Em 1983, o meu Estado, Santa Catarina, viveu a maior desgraça da sua história. As enchentes de julho e agosto afetaram 162 dos 199 municípios então existentes. Uma grande corrente de solidariedade nacional nos acudiu. O grande drama que vivemos sensibilizou a sociedade brasileira e aprendemos muito, com isso. Eu, pessoalmente, aprendi mais naquele momento de dor do que ao longo de toda minha vida. Lá ali, tão logo conseguimos articular ações no sentido de reconstruir o estado, criamos um Conselho Estadual de Reconstrução, integrado por todos os partidos políticos, pelas igrejas, pelos sindicatos patronais e de trabalhadores e por outras forças vivas da comunidade – este conselho deliberava sob todas as linhas básicas da ação de reconstrução. Quero trazer aqui para V. Ex<sup>a</sup>, para aduzir ao seu pronunciamento, uma informação: naquela oportunidade, quando indústrias foram afetadas a ponto de ficarem 60 dias paralisadas pelas águas e pelos seus efeitos, firmamos um pacto de não-demissão. E era momento de recessão do País! Todos os sindicatos, todas as federações de trabalhadores, com o aval do Governador – e fui pessoalmente ao primeiro congresso de trabalhadores pedir que os sindicatos fiscalizassem esse pacto, porque, se houvesse uma demissão imotivada, a empresa que procedesse a essa demissão deixaria de ser assistida pelo Programa Estadual de Reconstrução. Isto funcionou, Senador Maurício Corrêa, durante um ano, e não houve – até porque não houve denúncia de nenhum sindicato – nenhuma demissão, nem mesmo no setor madeireiro, que era o mais frágil de todos os que foram atingidos. Então, não consigo raciocinar em torno do Projeto de Reconstrução Nacional, e tenho pensado seriamente sobre ele – se puder fazer um pronunciamento hoje sobre este assunto, eu o farei: não consigo imaginar um Projeto de Reconstrução Nacional, nele circulando o veneno da ameaça da demissão. Não consigo enxergar isto, como algo que possa ser vitamina, ser energia para a Nação, porque a ameaça de demissão neste momento – em outras circunstâncias até poderia ser considerada, se o Brasil estivesse crescendo, se essa mão-de-obra dispensada pudesse ser aproveitada em outro lugar, isto poderia até ser vinculado – a ameaça de demissão tanto no serviço público quanto na iniciativa privada é veneno que compromete o Projeto de Reconstrução Nacional.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Recordo-me perfeitamente quando V. Ex<sup>a</sup> viveu esse drama. Acompanhei-o, e realmente não houve nenhuma crítica, não me recordo de ter havido nenhum tipo de especulação, até na imprensa, com relação à diminuição da máquina administrativa do Estado. Recordo-me nitidamente disso, porque estive em Blumenau, que foi uma cidade imensamente afetada naquela ocasião. Espero, Senador Espíridião Amin, que o Governo extraia do exem-

plo do seu Governo esse tipo de convivência com a sociedade, para ter o retorno da compreensão da sociedade e de seus representantes.

O Sr. **Espíridião Amin** – Permite-me novamente V. Ex<sup>a</sup>?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Pois não, nobre Senador.

O Sr. **Espíridião Amin** – Não houve nenhuma demissão nem no setor público nem na iniciativa privada, porque a sociedade precisava reconstruir o Estado; e não seria demitindo, despedindo, tirando emprego de pessoa numa hora de crise que chegaríamos a este ponto.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – A Presidência lembra ao nobre Senador Maurício Corrêa que o seu tempo se encontra bastante ultrapassado.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Imagina V. Ex<sup>a</sup> que em seu Governo houve uma enxurrada, quer dizer, inundações que V. Ex<sup>a</sup> venceu. E agora existe uma enxurrada da depressão, de falta de emprego. O Governo não entende isso, que é tão grave quanto o que aconteceu naquela catástrofe, naquela época em que V. Ex<sup>a</sup> foi Governador.

Antes de encerrar, concedo o aparte ao Senador Mansueto de Labor, depois ao Senador Josaphat Marinho, e com muito prazer encerrarei, Sr. Presidente.

O Sr. **Mansueto de Labor** – Senador Maurício Corrêa, falarei rapidamente, para não tomar o tempo de V. Ex<sup>a</sup>. As colocações de V. Ex<sup>a</sup> são da maior importância. Aparentemente o Governo quer passar para a sociedade que essa onda de demissões, que ele chama de "enxugamento da máquina administrativa" direta e indireta da União, é uma economia, é para fazer economia. Isso é um desperdício. Isso é um contra-senso. Investir-se em recursos humanos por décadas e depois jogá-los na rua? E ainda mais o contra-senso é que a maioria dessas demissões ou colocações em disponibilidades estão custando ao erário o mesmo que se eles estivessem na atividade, produzindo. É um desperdício do dinheiro público, é um contra-senso, é uma insensibilidade o que ocorre, neste caso que V. Ex<sup>a</sup> cita da Eletronorte, em que famílias estão em nossos gabinetes pedindo-nos algum apoio, alguma solidariedade; são engenheiros, técnicos do mais alto quilate, com formação, com cursos no País e no exterior. Para não me alongar, fiz lembrar isso ao Sr. João Santana, na CPI da Reforma Administrativa, que um técnico da Sudene, que havia feito 10 cursos, cerca de 20 anos de trabalho na Sudene, dizia: "O Governo investiu em mim, eu quero continuar trabalhando para produzir, não quero ficar na ociosidade remunerada", S. Ex<sup>a</sup> disse: quem fez 10 cursos é porque não teve tempo de trabalhar, então só fazia cursos". Essa foi a resposta irônica, com ironia macabra do Sr. João Santana sobre essas pessoas.

Devemos protestar contra a insensibilidade, contra a desumanidade e contra o desperdício do Governo Federal. "Quem despreza os recursos humanos, não preza a reconstrução do País", frase do Senador Espíridião Amin, cujo exemplo em Santa Catarina deveria sensibilizar, chamar a atenção do Governo Federal. Se não tem criatividade, se não tem iniciativa, se não tem propostas corretas, que se inspire nas experiências positivas que ocorrem aqui no País, não precisa trazer experiências de fora. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mansueto de Labor, recorda perfeitamente, porque foi o Relator da Comissão que apurou as dispensas que examinamos, V. Ex<sup>a</sup> colocou isso em seu relatório com propriedade, o que, de fato, não contribui, pelo contrário, agrava, numa situação de inflação e de recessão como a que estamos vivendo, qualquer tipo de economia. V. Ex<sup>a</sup> deve estar acompanhando o que vai acontecer e já está acontecendo com o fechamento de centenas de agências do Banco do Brasil em todo o País. Seguramente vão cortar cabeças de muitos funcionários do Banco do Brasil. Inclusive estou formulando requerimento para que o Presidente do Banco do Brasil compareça novamente a esta Casa para explicar quais as agências que pretende fechar e quais os critérios que serão usados. Já temos o caso da Minascaixa de Belo Horizonte, em Minas Gerais; a quebradeira ocorrida, a dispensa dos funcionários além do prejuízo, evidentemente, aos poupadores que confiaram numa instituição oficial. Muito obrigado.

O Sr. **Josaphat Marinho** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Pois não. Ouço, com o maior prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. **Josaphat Marinho** – Nobre Senador Maurício Corrêa, a ponderação que desejava fazer, praticamente já foi formulada pelo nobre Senador Espíridião Amin. Tenho impressão de que há um desencontro e não, propriamente, um propósito de injustiça. Tenho impressão de que há um desencontro entre as medidas que V. Ex<sup>a</sup> anuncia, praticadas ou em vias de serem praticadas pelo Governo...

O SR. MAURÍCIO CORRÊA – Em parte, já praticadas...

O Sr. **Josaphat Marinho** – "... e o Projeto de Reconstrução Nacional, submetido à consideração da sociedade brasileira. Se o Governo lança um esboço de programa geral de ação, visando o desenvolvimento nacional, não há de querer gerar o desestímulo com demissões em massa. Não se promove desenvolvimento desestimulando o trabalho, sobretudo daqueles que não são detentores de riqueza. Espero que a ponderada crítica que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo chegue ao conhecimento do Governo e o advirta do desencontro em curso.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** – Muito obrigado.

Estou de pleno acordo com o seu aparte.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** – Permitte-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** – Concedo o aparte ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** – Nobre Senador Maurício Corrêa, gostaria de dar uma palavra a V. Ex.<sup>a</sup> antes do encerramento do seu discurso. Não ouvi a maior parte do seu pronunciamento, mas da para adivinhar pelo final o que foi o começo, porque, evidentemente, V. Ex.<sup>a</sup> é um Senador do maior talento e de um desempenho sempre muito brilhante nesta Casa. Lamento não estar ouvindo aqui nenhum representante do Governo, nenhuma voz governamental das tantas existentes nesta Casa, vezes, pelo menos uma ou duas, que pudessem travar um debate com V. Ex.<sup>a</sup> nesta questão. Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que o Governo Federal está plantando sobre um grande equívoco. Tudo que ele faz, na verdade, se volta contra a ordem constitucional. Dá a impressão de que esta Constituição foi feita por um breve período e que logo vai ser alterada, quando, na verdade, as alterações constitucionais caberão ao povo. O povo é que vai decidir em plebiscito sobre o sistema de governo, o sistema que deseja para o seu País. Não há nenhuma reforma autorizada e, principalmente, não há nada organizado para uma nova Assembléia Nacional Constituinte. Há muitos equívocos. O Governo está montado em um falso transporte, como se nele ingressasse na realidade de uma Constituição instável, alterável a qualquer instante e a qualquer momento. Sobre a balbúrdia de tudo isso, é que ocorrem os graves equívocos que estão sendo cometidos pelo Poder Executivo Nacional neste atual Governo, que me parece absolutamente tresloucado, mal informado, amador e sem nenhuma maturidade para o exame de questões que couberam à Assembléia Nacional Constituinte. V. Ex.<sup>a</sup> faz a crítica, principalmente, a crítica social, mas aí de quem laborar nos equívocos presentes, porque a gravidade é tão grande como o resultado de tudo isso, que não sabemos para onde estão levando a Nação. A voz de V. Ex.<sup>a</sup> é de maturidade, é uma voz de experiência, e a crítica que faz, reputo como absolutamente justa. Muito obrigado.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> pelo aparte.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, vamos receber, dentro de poucos dias, o projeto aprovado na Câmara sobre a limitação do uso das medidas provisórias. Temos diante de nós a programação do Fórum Nacional de Debates. O Governo precisa ter um diálogo honesto, sincero, com o Poder Legislativo. É claro que a questão da medida provisória encerra um debate de natureza técnica e jurídica, mas, implicitamente, também envolve um comportamento ético do Governo.

Teremos tanto mais vontade com o Governo, quanto mais soubermos que ele cumpre os seus compromissos.

Neste instante, dirijo apelo ao Ministro da Infra-Estrutura, Coronel Ozires Silva, que presidiu a Embraer, que presidiu a Petrobrás, um cidadão brasileiro da mais alta competência, para que S. Ex.<sup>a</sup> cumpra a palavra que assumiu conosco à mesa de entendimentos e poupe da dispensa esses brasileiros funcionários da Eletronorte, país de família que só têm esse emprego, pois, na medida em que forem demitidos, seguramente estarão marginalizados numa sociedade que, por todo esse quadro que vive, cada vez mais compromete o direito à sobrevivência do brasileiro.

É o apelo que faço, através da tribuna do Senado Federal, ao Ministro Ozires Silva, para que se entenda com o presidente do sindicato e siga aquele critério que combinou conosco: abreviando as aposentadorias e dando preferência às demissões dos funcionários que cumulam empregos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

#### **COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Alexandre Costa – Almir Gabriel – Amazonino Mendes – Amir Lando – Beni Veras – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Divaldo Suruagy – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Flaviano Melo – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hélio Campos – Humberto Lucena – João Calmon – João Rocha – José Fogaça – José Richa – José Sarney – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Simon – Ruy Bacelar.

*Durante o discurso do Sr. Maurício Corrêa, o Sr. Beni Veras, suplente de secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA**

#### **Item 1:**

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Resolução nº 17, de 1987, de autoria do Senador Itamar Franco, que institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências, tendo

**PARECER** sob nº 10, de 1991, da Comissão

**Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

#### **EMENDA (DE PLENÁRIO) OFERECIDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1987**

#### **EMENDA Nº 1-PLEN**

Inclua-se:

**Art.** É criado um Conselho Curador, integrado por nove membros, sem ônus de qualquer natureza, designados pelo Presidente do Senado Federal, dentre pessoas de reconhecida capacidade para estimular o desenvolvimento do Museu.

**Parágrafo único.** Compete ao Conselho Curador colaborar com o Senado Federal na coleta, conservação e manutenção de objetos e documentos que devam constituir o acervo do Museu.

#### **Justificação**

O Museu somente lucrará com a colaboração de pessoas interessadas em conservar e enriquecê-lo, a fim de que prossiga recolhendo objetos e documentos que testemunhem a presença de quantos, no passado e no presente, engrandeceram a vida pública nacional.

Sala das Sessões, 22 de março de 1991. – Senador Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Em discussão o projeto e a emenda, em turno suplementar.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas uma rápida observação. O item 1, que está sendo examinado, institui o Museu Histórico do Senado Federal. Na verdade, o Museu já está instalado.

Gostaria de receber uma informação da Mesa. Esse projeto do Senador Itamar Franco passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde fizemos um substitutivo. Se não estou enganado, fui eu o autor do substitutivo.

Vejo aqui o voto do vencido; a Mesa Diretora oferecendo a redação do vencido, e estou sem entender o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – A Presidência esclarece ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho que o substitutivo foi aprovado. Agora, a matéria volta ao turno suplementar com a apresentação da emenda. O substitutivo foi aprovado pela Casa, vai voltar novamente à Comissão.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura da emenda, novamente, pra que V. Ex.<sup>a</sup> fique inteiramente a par do texto da proposição.

É lida a seguinte:

**EMENDA (DE PLENÁRIO) OFERECIDA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO  
Nº 17, DE 1987**

**EMENDA Nº 1-PLEN**

Inclua-se:

Art. É criado um Conselho Curador, integrado por nove membros, sem ônus de qualquer natureza, designados pelo Presidente do Senado Federal, dentre pessoas de reconhecida capacidade para estimular o desenvolvimento do Museu.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Curador colaborar com o Senado Federal na coleta, conservação e manutenção de objetos e documentos que devam constituir o acervo do Museu.

**Justificação**

O Museu somente lucrará com a colaboração de pessoas interessadas em conservá-lo e enriquecê-lo, a fim de que prossiga recolhendo objetos e documentos que testemunhem a presença de quantos, no passado e no presente, engrandeceram a vida pública nacional.

Sala das Sessões, 22 de março de 1991. – Senador Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Eis o texto da emenda, novamente lido pelo Sr. 1º Secretário, para conhecimento dos Srs. Senadores.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** – Sr. Presidente, vamos discutir a emenda?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Praticamente fomos encerrando a discussão, isto é, determinando que a matéria volte à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora para profereirem parecer à emenda.

**O Sr. Nelson Carneiro** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro para discutir.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PMDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, certamente, através do parecer do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, que foi o autor do primeiro parecer, examinará a emenda nos seus detalhes e na sua conveniência.

Mas o que me cumpre esclarecer, como autor da emenda, é que essas instituições não podem ter apenas um caráter burocrático. Todos esses órgãos, museus, têm pessoas interessadas que colaboram e que não integram o funcionamento da Casa, não são funcionários públicos. Isso é muito comum. Todos os museus que existem no Mundo têm sempre um conselho de pessoas afastadas da atividade burocrática e que, por seu pendor, seu interesse, podem trazer uma contribuição, o que fica fazendo parte do patrimônio do museu.

No caso, tive o cuidado de reduzir esse número a nove pessoas, para não ser um grande número, e entregar a escolha à Presidência da Casa. E declarar, de logo, que sem ônus de qualquer natureza. São colaboradores de uma obra que não deixa de ser do Senado, porque passa a ser da cidade e passa a ser um patrimônio do País. Podemos buscar antigos senadores, antigas pessoas ilustres, que possam trazer, inclusive, uma contribuição pessoal para enriquecer o patrimônio. Não devem ser apenas os funcionários da Casa a responder por isso. Evidentemente que a direção caberá aos funcionários da Casa, mas o conselho é para colaborar apenas e procurar aumentar o acervo, que deve ser cada vez mais enriquecido, para que o museu atinja os seus objetivos. Isso será examinado oportunamente, depois do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e do parecer da Mesa Diretora. Por enquanto, é apenas a emenda.

Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora, para profereirem parecer sobre a emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) – Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Exª, neste exato momento, não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao orador seguinte, o nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem, o ilustre Embaixador da Venezuela, Sebastian Alegrèti, reuniu todos os embaixadores latino-americanos e os integrantes do grupo brasileiro do Parlamento Latino-Americano.

Foi uma oportunidade excepcional para que se discutisse o problema da integração latino-americana. Nessa oportunidade, foi recordado que, em 1984, uma delegação do Parlamento Latino-Americano, que eu então presidia, foi aos Estados Unidos e teve entendimento com os dirigentes do Departamento de Estado da Câmara e do Senado americanos, do FMI e dos bancos credores do Brasil e da América Latina.

Pela primeira vez, e consta dos Anais da Casa, sustentou-se que a dívida externa do Brasil é política. E, até hoje, só não se chegou a essa conclusão, porque os países latino-americanos, em vez de agirem em conjunto, têm agido cada um separadamente, procurando resolver os seus problemas.

É muito mais fácil, está nas Escrituras, quebrar uma só madeira, já um feixe de madeiras ninguém quebra. De modo que somos um feixe e este nunca esteve unido; cada galho vai sendo quebrado – hoje no México; amanhã na Colômbia, outro no Brasil – e o problema continua igual para toda a América Latina. Numa hora de integração é preciso que sejamos um feixe.

Essas considerações surgiram, Sr. Presidente, porque há dois dias o Presidente dos Estados Unidos, num gesto político, tipicamente político, resolveu cancelar em 70% a dívida da Polônia. Também é uma dívida igual a todas as outras, mas é uma dívida política e foi resolvida. Então, foi lembrando que se o mesmo critério fosse adotado para a América Latina, certamente, essa imensa e impagável dívida, que pesa sobre todos os países da região, seria diminuída.

De modo que eu, que presidi aquela reunião, com a colaboração do Embaixador Sebastian Alegrèti, ontem recordei esse episódio. E já convocado a ocupar a tribuna, cumpre-me trazer esta informação ao Plenário, na certeza de que um dia, pela união da América Latina, também a dívida dos países da região se converterá numa dívida política e, quem sabe, se algum Presidente da República norte-americana não terá para com os seus vizinhos da América do Sul o mesmo gesto que acaba de ter, com os aplausos gerais, com a Polônia revitalizada e democratizada. Não pedimos tanto. Pedimos apenas que não nos sejam cobrados os juros por eles próprios arbitrados e que não submetam o debate à decisão exclusiva dos tribunais americanos. Seria uma contribuição indispensável para que o problema da dívida externa do Brasil e dos países da América Latina encontrasse a solução por todos alvitada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Nelson Carneiro, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.*

**O SR. ALUÍZIO BEZERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O Sr. Aluízio Bezerra** (PMDB – AC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, registro a presença, na tribuna de honra desta Casa, do Desembargador Lourival Marques, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Acreano de nascimento, teve toda a sua vida dedicada às lides jurídicas daquela Unidade federada e, finalmente, como procurador-geral cumpriu uma tarefa importante naquele estado.

Portanto, não poderia deixar de registrar, neste momento, a sua passagem por Brasília na visita que faz ao Senado Federal. (Muito bem!)

*Durante o discurso do sr. Aluizio Bezerra, o Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mansueto de Lavor.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mansueto de Lavor) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

**O SR. RONALDO ARAGÃO** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na sessão de hoje, ouvimos vários pronunciamentos a respeito da problemática nacional. Tivemos a oportunidade de presenciar o Senador Ruy Bacelar, há pouco, dizendo, nas suas colocações, que o Governo está desmantelando aquilo que está apurando neste País, podemos dizer assim, ou seja, o Governo procura desorganizar aquilo que está organizado.

Ouvimos, depois, o pronunciamento do Senador Aluizio Bezerra a respeito da borracha na Amazônia, uma apreensão também nossa, pois o látex está com o seu preço aviltado na nossa região.

Ouvimos, também, o Senador Maurício Corrêa reclamando do não-cumprimento da palavra empenhada por um ministro de Estado do Governo Fernando Collor, eleito, segundo S. Ex<sup>a</sup>, pelos descamisados. Hoje Sua Excelência quer aumentar o número de descamisados, quando começa a demiti-los e esses passam de descamisados a "nus". Um país que pretende ir para o Primeiro Mundo, mas está com os seus salários aviltados. Não posso entender essa pretensão do Governo brasileiro, quando procura aumentar o número de miseráveis neste País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho mais uma vez ao plenário desta Casa me reportar ao problema tanto da região amazônica como especificamente do meu Estado, Rondônia. Quando se criou o Estado de Rondônia, através da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, renasceu em todos aqueles que ali habitavam a esperança de um estado forte, onde todos pudessem se realizar pessoalmente e profissionalmente, e ajudar o Brasil a se tornar uma Nação mais forte e justa. Essa era a intenção quando se criou mais uma unidade da Federação, o Estado de Rondônia.

O que se vê, Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de nove anos, é um estado abandonado pelo Governo Federal, e um grande esvaziamento dos programas que foram iniciados e que hoje são mantidos de forma apenas simbólica. O Governo Federal não iniciou as obras de infra-estrutura previstas na Lei Complementar nº 41, e mais de trinta projetos, iniciados pelo Incra, que visavam à integração da região, estão hoje entregues à própria sorte.

Rondônia convive com um sério problema migratório, que é um constante desafio a seus governantes, que não têm conseguido, através das ações de governo, acompanhar o ritmo de crescimento da população rondoniense.

A ida do Presidente Fernando Collor ao Projeto Cujubim provocou um alarde pela imprensa nacional, reavivou a esperança de cerca de cinco mil pessoas assentadas nesse projeto. Mas nove meses depois, tudo continua como antes e a promessa do Presidente de transformar esse projeto em modelo de colonização ficou apenas no discurso.

Já estamos cansados de promessas e de discursos. Queremos ação!

Até o presente momento, não foram alocados recursos e tampouco elaborados os programas visando a amparar as famílias que insistem em viver nesse projeto, na luta pela sobrevivência.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RONALDO ARAGÃO** – Com prazer, nobre Senador.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Em primeiro lugar, parabeno o Senado por ter na presidência, neste momento, o Senador Mansueto de Lavor, que deveria estar fazendo uma experiência, um teste para verificar se a cadeira é agradável e daí surgir uma candidatura nos próximos dois anos. Em segundo lugar, Senador Ronaldo Aragão, V. Ex<sup>a</sup> aborda mais uma vez um assunto de interesse de uma região para debate nesta Casa e críticas aquilo que estamos repetindo, e V. Ex<sup>a</sup> repete constantemente, desta tribuna, a falta de ação do Governo. É a diferença do discurso para a ação. O que preocupa é estarmos aqui no Senado, como V. Ex<sup>a</sup> já afirmou, em diversos pronunciamentos, e não termos um representante da liderança do Governo para debater com os senadores de oposição, trazendo argumentos para explicar a ação do Governo ou a falta de ação do Governo, em razão de determinadas dificuldades. O que vemos é uma preocupação – acredito eu – de quererem vencer exclusivamente pelo número, porque argumentos certamente não têm – se tivessem, estariam aqui debatendo conosco. É verdade que é no regime parlamentarista onde mais existe esse debate. Mas, também no regime presidencialista sempre existe representante do Governo para defendê-lo das críticas da oposição e de levar à Nação uma resposta sobre o que pensa o Governo e qual a ação que vem desempenhando. Então, V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, levanta esse problema da sua região, do seu estado especificamente, e parece que aqui ficamos sem resposta.

**O SR. RONALDO ARAGÃO** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães. Quando aqui fazemos críticas, levantamos problemas, não aparece representante do Governo para dar explicações. Se persistir a falta de alguém que venha trazer informações ou dialogar, vamos ter que nomear um defensor ad hoc do Governo.

Vejam V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ausência do Governo no debate das idéias. E disse muito bem o Senador Jutahy Magalhães quando afirmou que o Governo só está presente para verificar números. Nós

vamos continuar chamando a atenção do Governo por sua irresponsabilidade e insisto, se for preciso, vamos nomear aqui um defensor ad hoc, porque não é possível que esta Casa não tenha, por parte do Governo, alguém que venha dar explicações, venha dialogar, venha debater, venha contra-argumentar. Para as críticas que esta Casa tem feito ao Governo Federal, não vemos ninguém do Governo se levantar e trazer soluções. Até parece que não tem quem o faça.

Mas continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo Federal ainda não tem um projeto político e econômico para a Amazônia. Tenho dito isso insistentemente e vou continuar dizendo para ver se o Governo se sensibiliza e alguém venha dizer que há um projeto, e o que está fazendo o Governo.

O que ocorre são apenas ações isoladas e muitas vezes equivocadas, que só agravam os nossos problemas e deixam-nos cada vez mais perplexos e frustrados, como o ambientalismo desvaído e radical praticado pela Secretaria do Meio Ambiente, em Brasília.

Nunca nos sentimos tão abandonados e tão discriminados como no atual Governo, e, se a intenção do Governo é levar à falência o Estado de Rondônia, ele está no caminho certo. Se essa é a intenção, o Estado de Rondônia caminha para sua falência, porque o Governo Federal não cumpre com o que determina a Lei Complementar nº 41, que criou o Estado em 1981.

Queremos o desenvolvimento da Amazônia, sem qualquer tipo de paternalismo ou privilégio, mas também repelimos todo e qualquer tipo de discriminação que só tem atrasado o nosso desenvolvimento.

Espero que o Governo Federal apresente, urgentemente, um programa de desenvolvimento para a região amazônica que nos permitia ser integrados às demais regiões e encontrar solução para os nossos problemas. A Amazônia não é um problema, é a solução. Ela não precisa de esmola, precisa de ajuda.

Chego até a fazer um apelo a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que é o Presidente de todos os brasileiros, e à equipe econômica do Governo, no sentido de olhar, pelo menos com bons olhos, para Rondônia, um estado que tem grandes potencialidades e que precisa do Governo Federal para que possa crescer e atingir a maturidade, e aí, sim, andar com as suas próprias pernas.

Ainda temos esperança. Não é boa intenção, porque de boa intenção, como diz o adágio popular, o inferno está cheio. Temos esperança, apesar dos pesares, mas também temos pressa, pois o futuro está aí mesmo e não podemos esperar mais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, mais uma vez venho à tribuna desta Casa chamar a atenção do Brasil para a grave situação da Amazônia e do meu Estado de Rondônia; uma situação grave no setor agrícola, no setor de infra-estrutura, de saúde, de segurança, no setor viário. Estamos querendo que se cumpra a Lei Complementar nº 41, de 1981

de obrigação do Governo Federal. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Ronaldo Aragão, o Sr. Mansueto de Lavor, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) –** Concedo a palavra ao nobre Senador Lavoisier Maia. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) –** Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de me valer desta oportunidade para complementar os comentários que fiz, no dia 19 de março passado, acerca do Projeto de Reconstrução Nacional e da atitude que o Congresso Nacional, a meu ver, deve adotar e cumprir, atitude de discussão séria em torno de uma necessidade da Nação, com o objetivo de, elegendo prioridades dentre as arroladas ou não pelo documento do Governo, tempestivamente, decidir. Entendo, repito, que é fundamental que discutamos e elejamos, prioridades, e, em torno dessas prioridades, o Congresso se manifeste conclusivamente, nos prazos que o drama nacional impõe à nossa sociedade.

De minha parte, convencido de que este é o nosso caminho – preocupado com o que a imprensa vem veiculando a respeito da perda de tempo que o Congresso estaria praticando na discussão sobre quem comanda o fórum, sobre quem participa do fórum de entendimento e assim por diante, estou disposto a propor, modesta, individualmente, mas com convicção, três providências. Há partidos que apresentaram quatorze prioridades, outros apresentaram dez, eu tenho uma visão mais simples e, com base no conhecimento que tenho vou-me fixar em três prioridades, e é sobre elas que gostaria de falar hoje.

A primeira, um projeto de lei que intitule "Projeto de Lei do Salário-Habitação", mecanismo pelo qual pretendo sugerir uma forma para viabilizar um programa de construção de casas populares, de maneira descentralizada, para não se repetir o equívoco do BNH, que financiou muito mais habitações para a média alta e alta camadas de renda do nosso País do que para a população mais carente.

Portanto, anuncio em resumo, o mecanismo de captação e aplicação de recursos contido no projeto do salário-habitação com ênfase para aplicação de maneira descentralizada, com a participação de prefeituras, de sindicatos, de governos estaduais, para que esse grande déficit social brasileiro possa ser encarado com um mínimo de eficácia, inserido dentro de um Projeto de Reconstrução Nacional, como posso alcançar e conceber.

A segunda prioridade que aqui relembro – e, sobre isto, hoje ainda, troquei idéias com o ilustre Senador Pedro Simon – é o esclare-

cimento e a fixação em lei do mecanismo que experimentamos nos nossos estados, já adaptado em outros estados do Brasil; mecanismo de financiamento principalmente para o pequeno e, também para o médio produtores rurais, baseado na garantia do preço do seu produto em relação aos insumos que, forçosamente, ele tem que adquirir, tanto para o custeio quanto, especialmente, para investimentos na sua propriedade. Lá, em Santa Catarina, chamamos esse mecanismo de troca-troca. No Rio Grande do Sul, a experiência teve nome similar. Financiamos, inclusive, a aquisição de terras para filhos de agricultores e para agricultores sem terra, estabelecendo, na prestação expressa em grãos de milho e de feijão, a garantia indispensável para o trabalho do pequeno produtor rural.

São esses os dois projetos que selecionei como minha colaboração para que a nossa Casa se habilite a completar o Projeto de Reconstrução Nacional ou que nome preferamos a ele dar.

O terceiro ponto que eu gostaria de aqui abordar, a terceira prioridade, é o complemento do aparte que fiz ao pronunciamento do nobre Senador Maurício Corrêa, referente à questão de demissões. Reitero que no meu estado, quando tivemos, em 1983, o pior de todos os dramas de nossa história contemporânea, nós firmamos – a sociedade catarinense toda, não apenas o Governo, mas Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Federação da Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura, sindicato de trabalhadores – um pacto de não-demissão. Indústrias abatidas pela recessão atingidas violentamente pelas enchentes firmaram com os trabalhadores um pacto de não-demissão que foi o ponto de partida para a reconstrução do Estado de Santa Catarina. Reconstrução que não foi feita pelo Governo, mas que teve no Governo do Estado um parceiro atuante e confiável. Não consigo vislumbrar, neste momento de drama que a sociedade brasileira vive, que o Projeto de Reconstrução Nacional possa assentar-se sobre o pilar do temor e da desconfiança de perda do emprego de milhares de trabalhadores, quer do setor público, quer da área privada do nosso País.

Essas são as três prioridades que entendo necessário frisar neste dia e, sobre elas, gostaria de pedir aos meus pares, especialmente àqueles que têm mais experiência parlamentar, experiência de vida pública e administrativa também, que ajudássemos a transformar essas três diretrizes em algo inserido homogeneamente no que chamamos e acreditamos necessário, o entendimento nacional.

**O Sr. Ronaldo Aragão –** Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN –** Ouço o nobre Senador Ronaldo Aragão, com muito prazer.

**O SR. RONALDO ARAGÃO –** Senador Esperidião Amin, ouço com atenção o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, quando estabeleceu suas prioridades, sua colaboração no Projeto de Reconstrução Nacional. Quero parabenizar V. Ex.<sup>a</sup> e chamar a atenção para um ponto que me deixa muito preocupado com o chamado Projeto de Reconstrução Nacional. Veja só V. Ex.<sup>a</sup> o Governo, parece-me, priorizou as demissões justamente o contrário do que é a prioridade de V. Ex.<sup>a</sup> Estamos vendo os Ministérios demitindo servidores públicos federais, colocando-os em disponibilidade, levando muitos pais de família ao desespero. Ao invés de diminuir, o número de descamisados, aumenta. É uma posição contrária à de V. Ex.<sup>a</sup> Ainda mais, o Governo queria mandar um projeto para o Congresso Nacional, retirando as gratificações que incidiam sobre o salário dos servidores públicos. Falou aqui muito bem o Senador Jutahy Magalhães sobre o problema dos aposentados, que os leva ao desespero e à miséria. Quando V. Ex.<sup>a</sup> se refere à necessidade de dar melhores condições ao homem do campo, ao agricultor, lembro que, em Rondônia, o Governo fez um plano do qual excluiu o Estado a partir do Paralelo 13: não há financiamento, não há preço de garantia e nem há armazenamento. Aquela região não existe a partir do Paralelo 13; O Governo a exclui. Parece-me que a linha de pensamento de V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Esperidião Amin, colide com o que o governo estabeleceu como suas prioridades. Dessa maneira, quero parabenizá-lo pela prioridade, que V. Ex.<sup>a</sup> estabeleceu.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN –** Nobre Senador Ronaldo Aragão, gostaria de deixar muito claro que, no momento em que o Governo, complementando o entendimento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no momento em que o Governo adota uma nova postura – e isso não pode ser negado, creio, por ninguém –, ao invés de um conjunto de medidas provisórias, o Governo ofereceu e apresentou ao Congresso Nacional, oficialmente, um elenco, um rol de questões a serem debatidas, algumas já com diretrizes, outras sem diretrizes estatuídas. O que defendo é que devemos considerar esse documento como uma evolução na atitude do Governo.

Ora, tive a oportunidade de resumir e fazer as contas no dia 19 de março. Se fôssemos tratar de todos os assuntos ali referidos, seriam necessárias sete emendas constitucionais, 45 projetos de lei, duas leis complementares, vários decretos, resoluções de diversos órgãos, inclusive do Senado Federal, portarias, inclusive portarias interministeriais, criando grupos de trabalho para discutir assuntos, contratos, convênios, etc...

Ora, isso demandaria – como disse o Senador Cid Sabóia de Carvalho – um novo trabalho de elaboração constitucional. Exatamente para que não se caia nesse equívoco, defendo a tese da eleição de prioridades. Por exemplo, a questão regional, que já tive a oportunidade de comentar. O documento só se refere, na questão regional, ao Norte

e Nordeste. Eu, como homem do Sul, considero justo que esta seja a prioridade. Agora, cabe a quem conhece mais a região Norte e Nordeste estabelecer as suas prioridades. Estou estabelecendo duas que beneficiariam não apenas o meu estado, beneficiariam a sociedade brasileira! Se precisamos avançar, tirar o País da recessão, temos que reconhecer que a agricultura é a única atividade econômica onde existe o milagre da multiplicação. Não há nenhuma outra atividade humana onde se coloca um e se colhem trezentos, 360 indivíduos, como é o caso dos grãos na agricultura. Dentro da minha visão social e política, a prioridade tem que ser para o pequeno e o pequeno só terá coragem de investir, de comprar uma máquina, de partir para a irrigação, se souber que na hora de pagar a conta o seu produto vai valer tanto quanto merece. Isso funcionou em Sata Catarina, funcionou no Rio Grande do Sul, tenho informações de que funcionou no Ceará, no Rio de Janeiro; nós chamamos "troca-troca": é o contrato adjeto (complementar) que o Governo faz, garantindo que o empréstimo obtido hoje, equivalente a cem sacas de milho, será pago com juros reais, mas o principal da dívida será pago, expresso em cem sacas de milho. Com essa garantia, nós vimos isso, o pequeno produtor rural faz milagres, porque esta conta ele sabe fazer; o que ele não sabe é fazer a conta do BNH, do dólar e das dezenas de moedas com que este País já contou. Esta é a alavanca para a área rural. E a área urbana? Como é que podemos contar com o patriotismo de uma pessoa que não tem um palmo de terra onde morar e, conseqüentemente, não sabe onde vai ser enterrado? Por esta razão eu selecionei duas prioridades. E penso que para não termos um veneno circulando na Nação, tem que ser feito um pacto de não demissão. Quando o País voltar a crescer, até o serviço público pode estabelecer uma vinculação levando esse bom engenheiro, especialista numa determinada atividade, para trabalhar numa empresa privada que vai operar esse sistema. Agora, esvaziar órgãos públicos e empresas particulares num momento de recessão é fomentar a discórdia e catalisar o veneno.

**O Sr. Divaldo Suruagy** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Ouço o nobre Senador Divaldo Suruagy – e não sei se já vai falar na condição de Líder ad hoc (risos) – designado que foi há pouco pela unanimidade do Plenário. Não sei se o Senador Ronaldo Aragão ainda quer falar, mas vou ouvir...

**O Sr. Ronaldo Aragão** – É só para complementar, se o nobre Senador Divaldo Suruagy o permitir.

**O Sr. Divaldo Suruagy** – Concordo plenamente que o Senador Ronaldo Aragão conclua o seu aparte, analisando as colocações feitas pelo Senador Esperidião Amin.

**O Sr. Ronaldo Aragão** – É só para congratular-me com o Senador e dizer que o plano enviado pelo Governo é uma coisa e a ação do próprio Governo é outra. A ação é completamente diferente daquilo que ele mandou. A não ser que esse plano seja uma cortina de fumaça. Porque o plano, para a discussão do Congresso Nacional, é um e a ação do Governo imediatamente é outra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Senador Ronaldo Aragão, se continuarmos – se nós, nós todos, eu também – a não estabelecer uma prioridade e não tomar nenhuma decisão a respeito do Projeto de Reconstrução Nacional ou do Fórum de Entendimento, o Governo vai passar, como todos os governos passaram, "de trator" por cima da nossa omissão. Porque não existe indecisão no Governo.

**O Sr. Ronaldo Aragão** – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não podemos é ficar criticando o Governo e não tomar uma decisão – uma. Se tomarmos uma decisão a propósito do Fórum de Entendimentos ou do Projeto de Reconstrução Nacional, mudaremos a atitude do Governo. Se não tomarmos decisão nenhuma, repito, o Governo vai passar de "trator", como todos os Governos fariam, fizeram e farão.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** – Senador Esperidião Amin, apenas como lembrete, o art. 21 do Regimento sugere que V. Ex<sup>a</sup> permaneça de frente para a Mesa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Sr. Presidente, apesar dos meus adversários dizerem que meu ângulo mais favorável é de costas, acolho a determinação de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Divaldo Suruagy** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Concedo o parte ao nobre Senador.

**O Sr. Divaldo Suruagy** – Louvo V. Ex<sup>a</sup> quando anuncia à Casa que pretende submeter ao debate, ao julgamento dos seus pares, três projetos da maior importância. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, pois eles não têm um caráter regional, mas um caráter universal do nosso País. Eu poderia dizer a V. Ex<sup>a</sup>, a respeito desse plano, que as idéias que o Governo enviou ao debate aqui no Congresso Nacional, sem nenhum exagero, todos os temas, todos os conflitos, todos os anseios, todas as incongruências da sociedade brasileira já foram dissecadas em forma de projetos nesta Casa. Quem se der ao trabalho de consultar os Anais do Congresso Nacional, sem sombra de dúvidas, encontrará projetos sobre os mais diversos, os mais amplos, os mais heterogêneos assuntos. V. Ex<sup>a</sup> não tenha a menor dúvida disso. A minha opinião diverge um pouco daquela que V. Ex<sup>a</sup> acabou de defender no aparte que V. Ex<sup>a</sup> concedeu ao Senador Ronaldo Aragão. Entendo que, com esse plano de intenções que o Governo anunciou, o que ele deseja, na minha opinião, é que o Congresso faça a crítica, para que pos-

sa verificar o termômetro do pensamento da maioria da Casa, e, então, enviar os projetos dentro do sentimento que tenha conseguido captar do Congresso Nacional. Dentre os projetos que o Governo mandou nesse plano de intenções, vários deles são inconstitucionais. O Governo quer saber até que ponto ele poderia dispor de quorum privilegiado para uma modificação constitucional. Até que ponto ele poderia avançar em determinado rumo? A crítica feita aqui nas duas Casas do Parlamento brasileiro é que vai ser – assim – um norte; é a crítica o que vai nortear a formação ou não dos projetos oriundos do Executivo, na minha maneira de analisar a intenção do Governo. Agora, o Senador Ronaldo Aragão foi de uma felicidade singular, quando disse – não usou das palavras, mas a tradução tranquilamente é essa – que há uma diferença enorme entre o que ele vê e o que ele ouve. S. Ex<sup>a</sup> ouve uma coisa e vê outra. Então, o Governo anuncia uma série de intenções, faz um apelo para o entendimento nacional e manda retaliar as empresas de um governador de um dos maiores estados do País, o Ceará. Mas uma retaliação ostensiva, ao ponto de ser criticada em boa hora pelo Senador Ney Maranhão, que afirmou para a imprensa que não concordava com aquelas medidas. O Governo quer o entendimento nacional e anuncia a demissão de milhares de servidores. Disse, ontem, no discurso que proferi na tribuna desta Casa, que o Presidente Fernando Collor de Mello deve conscientizar-se de que é um homem, é um ser humano normal, Sua Excelência não é um enviado dos deuses para conduzir o destino dos povos, não! Sua Excelência é um ser humano, igual a todos nós, com erros e com virtudes, com defeitos e com acertos, e ter a humildade de reconhecer que errou em determinado assunto, e peça a compreensão e a colaboração de todos. Quando Sua Excelência conseguir isso, tenho a impressão de que poderá haver esse tal entendimento. Porque Sua Excelência até hoje só tem um orientador: a pesquisa de opinião pública. Se a pesquisa anuncia que demitir funcionário público dá Ibope, Sua Excelência manda demitir. Se a pesquisa anuncia que contratar funcionário público dá Ibope, Sua Excelência manda contratar. Então, o orientador, o conselheiro maior do Presidente é a mídia eletrônica. Enquanto o Presidente não se conscientizar da necessidade desse entendimento – não é anunciar, é transformar em realidade. Porque o Senador Ronaldo Aragão definiu com muita propriedade, Sua Excelência está ouvindo uma coisa e está vendo outra totalmente diferente. Daí a minha tristeza é ainda reconhecer que o Presidente da República não atingiu o grau de humildade que deve nortear os poderosos. Um princípio da sabedoria humana é: com o poder, você pode ser humilde. Então, quem detém o poder só dá grandeza a Sua Excelência. Mas Sua Excelência não quer admitir: todo mundo é culpado, menos Sua Excelência. Repito: culpados são os funcionários públicos que são malandros, irresponsáveis, não

trabalham, etc. e tal. Sua Excelência sabe que há uma gama enorme de funcionários públicos neste País que dá sustentação a esta Nação, mas Sua Excelência generaliza. Por quê? Porque imaginou, através das pesquisas, que a opinião pública é favorável a demitir funcionários. Então, é bom demitir funcionários, dá Ibope. Vamos demitir. O pensamento do povo, em geral, é que funcionário público é malandro, é irresponsável, é marajá, ganha sem trabalhar. Isso dá Ibope, vamos então demitir! Sua Excelência não tem um avaliador a não ser ele próprio. Culpados são os empresários, porque os empresários são ladrões. E generaliza. Os empresários estão explorando o povo. Vamos escolher um empresário desses, o mais rico, e levá-lo à rua da amargura, porque a massa entra em delírio. Faz lembrar o Império Romano, quando os cristãos eram atirados aos leões. Agora é o leão do Imposto de Renda!

O tigre da inflação permanece bem vivo. Outro fato que vai dar Ibope: culpado foi o Congresso Nacional, foi a Constituinte, culpados são os políticos que não ajudam o Governo. O Congresso fez todas as concessões possíveis a este Governo, na minha opinião até se aviltando. E o Congresso ainda é o culpado de tudo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - V. Ex<sup>a</sup> me permite, a esta altura, um aparte?... Senão não vou conseguir recolher todas as informações que V. Ex<sup>a</sup> deseja apresentar.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Peço desculpa realmente pelo aparte prolongado que fiz.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Vou apenas interromper o seu aparte porque gostaria de abordar rapidamente - e até pediria que V. Ex<sup>a</sup> prosseguisse depois se a Mesa permitir - três aspectos. Em primeiro lugar, divirjo da maneira - posso perceber errado - divirjo da maneira amargurada com que V. Ex<sup>a</sup> se refere ao Senhor Presidente da República.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Não tenho nenhuma amargura para com Sua Excelência.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Divirjo porque vejo nessa sua atitude a de alguém que sendo pai, além de retirar o aval - e só retira quem já deu...

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Eu já fiz essa penitência. Já reconheci que tenho um lugar no inferno. Já fiz essa penitência. A minha esperança é que com essas críticas eu consiga pelo menos ir para o purgatório, porque, para o céu, não vou.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - V. Ex<sup>a</sup>, homem inteligente, sabe que é detentor da minha admiração e da minha amizade, mas às vezes se excede quando faz essa colocação subjetiva sobre o que estaria movendo o Presidente. E quero dizer mais: mesmo porque acho que se o Presidente estiver sempre se pautando por pesquisas de opinião pública terá o mesmo comportamento de quem se pauta por pesquisas desse gênero, ou seja,

pelo menos tentando não ferir o sentimento popular, pois uma pesquisa de opinião pública estabelece o dominante no seio de uma sociedade. Este é o primeiro comentário. O segundo comentário é quando V. Ex<sup>a</sup> fala que o Congresso se aviltou. Quero dizer, com todo respeito, que isso não me alcança, porque cheguei aqui há pouco mais de um mês e não fiz nenhuma concessão. Pelo contrário. Dentro do que a minha inteligência permite, participei da discussão dos dois temas que dominaram o mês de fevereiro, as Medidas Provisórias nºs 294 e 295. Votei de acordo com a minha consciência, insurji-me contra textos das medidas e contra cerceamentos que quiseram me impor. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que o Congresso já debateu, já esgotou o assunto, divirjo frontalmente, porque cheguei aqui no dia 1º de fevereiro para cumprir uma Constituição da qual 160 artigos não foram regulamentados pelo Congresso. Sim, 160 dispositivos constitucionais, não foram regulamentados. Conseqüentemente, se houve algum aviltamento - não afirmo que houve -, foi este. Quando se oferece à sociedade brasileira um aceno não complementado pelo regulamento respectivo, afim, se avilta a legislação e se engana o povo. Isso acontece com 160 dispositivos constitucionais que eu também jurei cumprir - e vou cumprir -, mas que não foram regulamentados. Por isso, divirjo quando se imagina que o fato de o Projeto de Reconstrução Nacional ter uma intenção de emenda constitucional, seja inconstitucional. Quer dizer, quando se propõe uma alteração da lei está-se propondo uma ilegalidade? Não vejo assim. Vejo que a sociedade é dinâmica, o Poder Legislativo tem que ser dinâmico.

Examinar possibilidades de retificação de rota, seja em 93, seja em 92, inclusive da reta constitucional, não é desprezar a Constituição, principalmente quando isso se fere no local devido que é o Congresso.

Devolvo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Nobre Senador Esperidião Amin, com que alegria ouço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, que defende com tanto brilhantismo a regulamentação do texto constitucional, através de leis ordinárias e complementares, vai votar favoravelmente à derrubada desse abuso de medidas provisórias que atropelou o Congresso. O Presidente da República, desde o primeiro dia, desde o dia da sua posse, tem atropelado o Congresso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - E o anterior também.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Estou analisando o atual porque ele não deu nenhum espaço até hoje, a não ser de medidas provisórias. Chegou ao absurdo de mandar uma medida provisória solicitando autorização para comprar um automóvel para o Vice-Presidente da República.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Se o Congresso tiver devolvido a medida está tudo bem.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Exatamente. Então, veja V. Ex<sup>a</sup> o abuso das medidas provisórias. Até hoje o Congresso está sendo desviado de seu rumo por essa série de medidas provisórias que têm prioridade para a sua apreciação. Então, o tempo necessário para a regulamentação dos dispositivos constitucionais - e vejo que V. Ex<sup>a</sup> fez uma crítica construtiva à Casa - no sentido de que se o Congresso não tivesse desejado regulamentar... mas o Congresso não teve foi oportunidade, porque as medidas provisórias têm prioridade sobre qualquer outro projeto de lei ordinária aqui dentro. Então, é necessário que se dê um basta a isso porque quem está legislando por nós é o Presidente. Na Câmara o projeto do Deputado Nelson Jobim teve uma expressiva votação, faltaram apenas cinco ou seis votos, mas tenho certeza que aqui no Senado, dentro dos próximos dias, contaremos com o apoio de V. Ex<sup>a</sup> contra esse abuso de medidas provisórias, a fim de que o Congresso possa respirar. Quando me referi ao aviltamento do Congresso foi em determinados momentos, pois o Congresso não se aviltou como instituição, pelo contrário, o Congresso tem resistido bravamente e está à altura da missão que o povo lhe concedeu. Acontece que em determinados momentos o Congresso fez tantas concessões a título de crédito ao novo Governo e o que aconteceu é que em 10 meses estamos com mais de três milhões de pessoas desempregadas, confisco da poupança popular, milhares de empresas requerendo concordata e falência...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Aprova pelo Congresso.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Concordata e falência não foram aprovadas pelo Congresso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Não; refiro-me ao confisco.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Mas isso é que quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, pois acho que o Congresso não poderia ter referendado isso.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Mas referendou.

**O Sr. Divaldo Suruagy** - Tudo bem, é o princípio da maioria e acato, apesar de votar contra. Como todo democrata temos que respeitar o princípio da maioria. Neste momento acho que o Congresso não poderia ter aprovado mas rendo-me à decisão da maioria. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, ao lado de tantos companheiros que aqui se encontram, se engajará nessa luta para conter o abuso de medidas provisórias que dentro de poucos dias chegará aqui à Câmara Alta do País.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Asseguro a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Divaldo Suruagy, pela admiração que lhe dedico, que vou levar em conta todas as suas palavras, principalmente as proferidas hoje. Agora, dificilmente me convencerei de que o Executivo é o responsável pela não regulamentação do tex-

to constitucional. Por quê? Porque a Constituição foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. A maior parte da regulamentação determinada pela Constituição, a maior parte dos itens, estava prescrito ali, deveriam ser regulamentados em um ano. Portanto, em 5 de outubro de 1989, antes deste Governo assumir.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – A maior parte, não a totalidade. Quanto ao uso das medidas provisórias tenho opinião formada a respeito e entendo que a postura do Congresso há de mudar também junto com a restrição formal à sua edição. Acho que deve haver um encaminhamento conjunto. As medidas devem ser restringidas, quer dizer, o universo abrangido pelas medidas provisórias deve ser restringido e também o Congresso deve ser mais exigente, deve ter normas internas mais exigentes quanto à questão da admissibilidade. Não será apenas com o recurso da lei complementar, mas, talvez, também, com providências internas nossas, a nível regimental que façam com que o exame da admissibilidade seja algo mais rigoroso, compatível com o Poder Legislativo que todos nós queremos habilitar à utilidade social.

Concedo o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Quero ser bem sucinto no meu aparte, porque a luz vermelha já está piscando ali.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Acho até que foi por isso que o Presidente pediu que eu ficasse olhando firmemente para a mesa.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – V. Ex<sup>a</sup> pode ter certeza de que concordamos plenamente quando V. Ex<sup>a</sup> declara que, no fórum de debates, têm que existir as prioridades e que não podemos ficar aguardando muito tempo por decisões, senão esse espaço será ocupado pelo Executivo. Concordo plenamente. Daí a minha idéia, que acho que está de acordo com a de V. Ex<sup>a</sup>, de que o fórum deve determinar a prioridade inicial e decidir sobre ela. Em seguida, vem outra prioridade, decide-se sobre ela, sempre tomando decisões consecutivas para ir apresentando à sociedade brasileira as idéias que surgem aqui dentro do Congresso. Concordo plenamente nessa necessidade de dar prioridade aos nossos debates. Se levamos muito tempo debatendo, não chegaremos a conclusão nenhuma, e o Executivo, então, trará para o Congresso as suas idéias através de medidas provisórias ou de projetos em regime de urgência. V. Ex<sup>a</sup> afirma que o Congresso não regulamentou a Constituição. Tive a preocupação de fazer, certa feita, um levantamento a esse respeito. Na realidade, temos em torno de cem medidas para regulamentar. Dessas medidas, quase todas já têm uma lei em vigor, e esta lei não impede a execução da Constituição. Pode ser modificada para melhorar, mas não há aquela necessidade abso-

luta, porque só assim é que a Constituição terá exequibilidade. Não. A lei em vigor já existe. Agora, tem 17 pontos que na realidade precisamos regulamentar. Desses 17 pontos, alguns dependem de uma ação do Executivo, de uma proposta do Executivo – porque o Executivo tem condições de legislar e apresentar as propostas a respeito daqueles determinados pontos – e outros do Judiciário. Então, são três poderes que estão em falta com a Constituição, para regulamentar esses pontos, que na realidade necessitam, e sem eles aqueles artigos constitucionais não podem entrar em vigor. Então, por isso, acho que nós todos temos que nós juntar para apresentar as propostas – e elas existem aí, tramitando na Câmara e no Senado, todos os pontos têm propostas. Apenas nós fazemos com o que o Congresso decida sobre essas questões. E, em muitos casos, V. Ex<sup>a</sup> há que convir de que a maioria do Governo é que retira os seus deputados e não dá o número necessário para transformar aquela proposta em regime de urgência para votação, porque não interessa ao Governo aquela regulamentação. Então, nós temos um jogo político que precisamos acabar, dentro do interesse da instituição que é o Congresso Nacional. Nós temos que exercitar a nossa obrigação de fazer a regulamentação necessária. Agora, não são tantos os pontos que necessitam, de qualquer maneira, de uma regulamentação. Há sempre essa discussão, "são cento e tantos projetos que nós não fizemos". Mas, na realidade, nós temos uma legislação em vigor a respeito desses pontos constitucionais. Agora, quanto à humildade, gostaria apenas de citar, quando o Senador Divaldo Suruagy falou que os poderosos têm de ser mais humildes, uma estoriinha que escutei outro dia a respeito dos pombos. Quando os pombos estão no chão, eles vêm comer nas nossas mãos, quando estão no alto, eles sujam as nossas cabeças.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Senador Jutahy Magalhães, concordo com suas observações, especialmente na questão do processo legislativo.

A minha observação, talvez pensando um pouco maldosamente na expressão "aviltar" que o nobre Senador Divaldo Suruagy utilizou, forçando um pouco a interpretação, generalizando um pouco a interpretação,...

**O Sr. Divaldo Suruagy** – Foi a que me permitiu dar meu verdadeiro pensamento.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – ...mas a minha intenção foi insistir num ponto que é fruto da minha experiência administrativa. Não existe vazio de poder, não pode existir. Nenhuma sociedade convive com ele e quando não se decide, por qualquer coisa, seja por truque regimental, por facilidade regimental, seja por omissão, pura e simples, alguém decide. É assim na nossa Casa, é assim na vida social do cidadão e da coletividade. Entendo que este Congresso tem como grande missão, esta legislatura, a missão de decidir.

A propósito da sua colocação sobre os pombos, queria fazer um registro de uma frase de Jean-Paul Sartre. Tive oportunidade de assistir, agora em dezembro, quando se comemorava o Centenário de de Gaulle, na França, e de de Gaulle depois de morto todos se esqueceram da sua eventual arrogância, mas Sartre dizia que não acreditava em Deus, mas se Deus existisse devia ser mais ou menos parecido com de Gaulle, só que menos soberbo.

De forma que essa acusação a respeito de soberba, cotejada com humildade, é uma coisa que se perde junto com a avaliação das pessoas e dos momentos que a vida da sociedade exige.

Eu peço desculpas à Mesa por ter-me excusado no tempo do meu pronunciamento. Agradeço a paciência dos meus pares que enriqueceram este pronunciamento e peço, reitero o pedido de ajuda nas duas prioridades que, sob o ponto de vista de projetos de lei, pretendo apresentar a esta casa, respectivamente, o salário-Habituação e a questão do financiamento, via troca-troca, para o pequeno produtor rural.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito Bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ninguém pode desconhecer que o atual Governo vem se esforçando ao máximo para reduzir a inflação. Infelizmente a bala errou o alvo. O tigre da inflação não foi abatido e apesar de tentativas de recarregar o revólver, o Presidente Collor não conseguiu e sua falta de pontaria é responsável pela recessão que nos aflige, pela queda do PIB em nível até então não alcançado, pelo aumento da concentração de renda no País, e pelo empobrecimento do nosso povo. A nossa renda per capita, hoje, só pode ser comparada com a atingida em 1979. São 12 anos de retrocesso, em um País que neste intervalo já chegou a crescer em um ano, mais de 17%.

Daí contestarmos o fato de ter centrado todos os seus trabalhos no combate, sem êxito, de liquidar a inflação e esquecido os incontáveis outros aspectos da grave crise que envolve o nosso País. Fechado, rígido, imune ao diálogo nas suas posições, o Governo se afasta de um possível debate que certamente seria produtivo.

No entanto, pelo que se vê, tanto no Parlamento quanto entre os setores mais organizados da população, não há uma oposição clara a esse estado de coisas. Talvez seja mais correto dizer que não há um projeto alternativo que venha a se contrapor à posição oficial de derrotar a inflação mesmo que tenhamos de mergulhar na recessão.

Se esse debate fosse mais profundo – se fôssemos além da polêmica em torno dos "pacotes" que diariamente desabam sobre o Par-

lamento – discutiríamos o próprio modelo econômico, se é que existe um adotado hoje em nosso País. Na verdade, o que temos agora é o canto de cisne de um modelo, o de substituição das importações, de largo sucesso entre as décadas de 50 e 70, mas que já não nos serve mais desde o início dos anos 80.

Como é sabido, esse processo de substituir importações foi levado à exaustão sem que tivéssemos aberto outras frentes de desenvolvimento.

O crescimento estatal, positivo no começo, aos poucos tornou-se gigantesco, até se constituir na máquina de pesadelos que é hoje. O Estado brasileiro perdeu o momento certo de iniciar a retirada. Assim, o processo de privatização a ser iniciado agora, num momento de retração nos investimentos, representará, é certo, uma perda adicional para o País, já que as empresas serão negociadas por valores inferiores aos que realmente valem.

É bom lembrar aqui que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil e por outros países da América Latina são bastante parecidas com as que atingem o Leste Europeu. Nas duas regiões tivemos simultaneamente o final de um processo de estatização da economia. Aqui, num regime chamado capitalista, e lá num sistema socialista. Se analisarmos com cuidado a questão, veremos que as soluções – paliativas – encontradas, tanto aqui como lá, são as mesmas. Nos dois blocos, no fundo, falta um mesmo modelo alternativo e novo de desenvolvimento.

No Brasil, depois de tantos anos de braços cruzados, o Governo começa a enfrentar problemas como o déficit público e a crise fiscal. É inegável que o atual governo buscou enfrentar o déficit público, mas temos que reconhecer que, apesar da divulgação de superávits, na realidade estes só foram atingidos pela postergação no pagamento de obrigações em valores superiores ao anunciado superávit, bem como a mais absurda paralisação nos diversos setores públicos, além do terrível arrocho salarial imposto ao funcionalismo público da União. Mas não tem – e isso é importante – um outro objetivo a ser alcançado além do mero arranjo conjuntural.

A busca dessa nova meta nacional, a procura de um modelo eficiente de crescimento econômico, só pode surgir de um grande debate nacional, que deve ser travado no Congresso Nacional, onde estão representados os brasileiros. Para ser produtiva, essa discussão terá de visar objetivos nacionais e não interesses corporativos, como vem ocorrendo nos diversos fóruns arranjados pelo Governo nos últimos tempos. Como disse em artigo, na *Folha de S. Paulo*, o economista André Lara Resende, esses pactos tentados pelo Governo têm-se constituído num "ritual vazio, cujo único produto é uma listagem exaustiva de reivindicações corporativas".

O Congresso Nacional deve tomar a iniciativa desse debate. Não pode mais aceitar o papel passivo que vem desempenhando, seja porque vive sufocado em discussões e votações de medidas provisórias, seja porque não

há entre boa parte dos parlamentares consciência da real dimensão do papel que representam. Interesses pessoais, regionais ou imediatos têm de ser postos de lado para que possamos encontrar soluções não só para cruzar esta difícil etapa da vida brasileira como também para o estabelecimento de sólida base para o progresso futuro. Isso porque, mesmo se conseguirmos derrubar a inflação, temos de encontrar alternativas para os investidores nacionais, no momento em que a especulação financeira se tornou um mau negócio.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) –** Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo, neste momento, associar-me à Companhia de Jesus – a Ordem dos Padres Jesuítas – na dor provocada pela morte do seu emérito Superior-Geral, Pe. Pedro Arrupe, falecido no dia 5 de fevereiro último.

Para um cristão, sentir dor perante a morte é como que uma incongruência em relação à fé que professa; mas, é humano sentir pesar pela ausência de uma grande personalidade.

Essa solidariedade fundamenta-se na gratidão do Brasil, e do Estado de Pernambuco em especial, para com os jesuítas. Desde os albos da Pátria, os jesuítas aqui estiveram e estão, fundando igrejas e escolas, defendendo e organizando índios, orientando jovens, velhos e crianças, pregando, vivendo e ensinando a viver a justiça.

O Pe. Pedro Arrupe, Superior-Geral dos Jesuítas de 1965 a 1981, segundo seu biógrafo, foi "um dos mais carismáticos protagonistas da história contemporânea da Igreja Católica".

No âmbito da Ordem dos Jesuítas, foi um dos mais queridos e extraordinários superiores-gerais. Dirigiu a Companhia durante os difíceis mas profícuos anos após o Concílio Vaticano II, período em que a Igreja, sob a direção do Papa João XXIII e de Paulo VI, se transformou, diria, com uma ousadia incansável de "aggiornamento", para melhor prestar serviço aos fiéis, na tarefa de esclarecer e aprofundar-lhes a fé.

Foram características do Pe. Arrupe a direção democrática e o otimismo. Aos que lhe cobravam energia e rigor, respondia: "Não sei governar de outro modo; não sei ser autoritário; oriento as pessoas, mas elas é que têm que decidir o que fazer".

Era otimista, "Confiava no ser humano, dele esperava mais que das normas e das estruturas; olhava as crises como crises de crescimento e não como catástrofes que tudo destroem".

Personalidade universal e ecumênica, sua influência foi muito além da Companhia de Jesus. Presidiu instituições, participou do Concílio Vaticano II, da Conferência Latino-Americana de Puebla, da Comissão pela América Latina; percorreu os continentes,

visitando obras e dialogando com organizações internacionais.

Na expressão do Apóstolo Paulo, o Pe. Arrupe combateu o bom combate, conservou e difundiu a fé, agora, é justa a recompensa na glória eterna, recompensa que Deus reserva para os seus filhos.

Concluindo este registro, solicito, Sr. Presidente, a transcrição nos Anais desta Casa do artigo "A Figura do Padre Arrupe" – da lavra de Paulo Meneses, grande teólogo, Professor da Unicap de Pernambuco – que passo às mãos de Vossa Excelência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE  
O SR. MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:**

A figura do padre Arrupe  
O Superior dos jesuítas foi uma figura  
exponencial da Igreja Católica

Paulo Meneses

Dia 5 de fevereiro faleceu em Roma o Pe. Pedro Arrupe, que foi o Superior-Geral dos Jesuítas de 1965 a 1981. Segundo seu biógrafo Lamet, Pe. Arrupe foi "um dos mais carismáticos protagonistas da história contemporânea da Igreja Católica". Foi também o mais extraordinário e querido Superior-Geral dos Jesuítas desde seu fundador Inácio de Loyola. Mas sua influência ia muito além da Companhia de Jesus: Presidente da União de Superiores maiores das ordens religiosas, cinco vezes reeleito (1967 a 1982) participou do Concílio Vaticano II, da Conferência Latino-Americana de Puebla, e de várias comissões da Santa Sé (América Latina, Evangelização, etc.) Viajou com frequência pelos continentes, visitando as obras dos jesuítas, mas também organizações internacionais.

Difícil caracterizar uma personalidade tão rica e complexa como o Pe. Arrupe. Na minha opinião, dois, traços poderiam situá-lo: O Pe Arrupe era um grande homem, e era um santo.

Um grande homem, isto é, uma pessoa extraordinária, dotada de uma grandeza inegável. A manifestação mais visível dessa grandeza era a abertura de seu espírito, a amplitude de suas visitas. Estudou medicina antes de entrar na vida religiosa; foi expulso de seu país ainda jovem, por ser jesuíta; continuou seus estudos na Holanda e nos Estados Unidos (onde teve como colega de estudos, por quatro anos, o Pe. Francisco Bragança, Fundador da Unicap). Essas mudanças de país e continente já o punham nos caminhos do pluralismo, senão da universidade. Depois foi trabalhar no Japão e aí mergulhou profundamente na cultura japonesa, no universo do Oriente, absorvem o muitos de seus valores que o marcaram para o resto da vida. Estava em Hiroshima por ocasião da bomba atômica (06.08.45) e foi dos primeiros a socorrerem as vítimas desse hipermassacre ordenado pelo "Bush" da época. Acontecimento que foi decisivo na sua vida, fazendo-o ver e experimentar que novos tempos

e desafios começavam na história, e que tínhamos de estar à altura deles. Do Japão foi para Roma em 65, eleito Geral dos jesuítas. Mas esse Pedro Arrupe que voltava do Japão era alguém que tinha nascido de novo, encarnando os valores de outras culturas e sociedades. Agora voltava àquela presunçosa península asiática – chamada Europa –, como um cidadão do mundo, com o espírito desperto para as nações emergentes, para a diversidade irreduzível de costumes, idéias e sentimentos que fazem do homem ocidental uma particularidade como as outras.

Certamente era por causa dessa abertura excepcional do espírito que o Pe. Arrupe era essencialmente não autoritário; democrático. Não correspondia à imagem que se forma do jesuíta e de seu governo; daí a cobrança dos que exigiam dele "energia, rigor". Ele respondia: "Não sei governar de outro modo; não sei ser autoritário; oriento as pessoas, mas elas é que têm de decidir o que fazer". Outro traço característico de sua personalidade era o otimismo. Confiava no ser humano, dele esperava mais que das normas e das estruturas; olhava as crises como crises de crescimento e não como catástrofes que tudo destruísem, como a bomba de Hiroshima. Dizia que os ateus procuravam a Deus, à verdade e à justiça a seu modo, e até contribuíam para que os cristãos superassem formas inautênticas de viverem sua fé; para que aprofundassem a vivência do evangelho. O espírito do Pe. Arrupe, em suma, tinha um interesse universal, que abrangia os grandes problemas do mundo contemporâneo, a missão ecumênica da igreja, os problemas de fronteiras com outras tradições espirituais, e do diálogo entre nações, culturas, mentalidades. Dava atenção aos problemas da pobreza – e da miséria – no mundo, da justiça entre nações e dentro das sociedades nacionais. Porém sua grandeza não se limitava à amplidão de vistas e de interesses: grade também era o seu coração, sua capacidade de relacionar-se com o outro, por maior que fosse sua autoridade, seu modo de valorizar a de amada pessoa que dele se aproximava: de "cativar" a todos por essa disponibilidade sorridente que mantinha das quatro da manhã quando se levantava a até alta noite, quando se recolhia. Anos depois do primeiro encontro, ainda lembrava do nome e das atividades de seus irmãos nos quatro continentes.

II – Padre Arrupe era um santo. Alguns traços de sua santidade já aparecem na sua grandeza humana; vamos apenas acrescentar outros aspectos. sua vida pessoal era feita

de generosidade, desprendimento, dedicação. Sua fraqueza e sinceridade surpreendiam a quem esperava encontrar um jesuíta mestre em astúcias e diplomacias. Dizia o que pensava – não falava politicamente em função do resultado a ser obtido; e vivia de acordo com o que acreditava. Quando jovem, traduziu para o japonês o grande místico S. João da Cruz. Sempre foi homem de oração, e cuidou que seus religiosos também o fossem. Certamente esses dez anos de hemiplégico, mas de total lucidez, foram anos de contínua oração por sua Companhia, pela Igreja, pelo mundo.

Esse santo era antes de tudo um homem da Igreja. Seu famoso otimismo provinha de uma fé profunda em Deus, de uma confiança na Igreja de Cristo e no ser humano, imagem de Deus. Era a expressão de uma certeza inabalável de que a força do espírito de Cristo estava presente na história humana, e em especial nas vicissitudes da Igreja nos tempos difíceis de hoje. Seu espírito católico, ecumênico, universal, abrangia a todos na mesma caridade: desde o Papa, a quem venerava e obedecia com toda a lealdade, até os cristãos que se apresentavam divididos por esses rótulos de progressistas, conservadores etc. Pe. Arrupe não era um "exponente da Igreja progressista", mas um líder da "Igreja única, santa, católica e apostólica". Seu amor se estendia aos mais conservadores, ao "Opus Dei" do Mons. Escrivá; e por que não, se para além das fronteiras da Igreja abarcava cristãos separados, grandes religiões do Oriente, e mesmo ateus e marxistas? Isso é que os conservadores intransigentes não admitiam: Não se contentavam com ser uma "particularidade", uma voz diversa que na sinfonia do todo tivesse sua função e seu momento. Seu integrismo ambicioso pretendia ser o Todo: um todo totalitário que lutava por rejeitar para fora da Igreja – ou destruir dentro dela – quem não rezasse por sua cartilha. Assim, um de seus alvos preferidos foi o Pe. Arrupe, pela liderança que exercia tão amplamente, por ser talvez a mais visível personificação do Concílio Vaticano II, concílio que de fato nunca aceitaram de coração. Tudo isso trouxe muito sofrimento ao Pe. Arrupe; mas não lhe tirou nem a paz nem a alegria: "sempre fui feliz", disse no fim da vida. E feliz estava quando de volta de seu querido Oriente foi acometido pela doença que por dez anos o retirou de suas atividades. Das atividades externas, mas não de sua profunda atividade interior de santo: homem de fé e de coração, testemunha de Cristo pa-

ra nossa época e para o tempo que há de vir. Pois não há dúvida que sua memória ficará, que sua presença marcou a história da Igreja nesta segunda metade – tão conturbada – do século XX. E nosso século, quase a expirar, deixa para o futuro o testemunho do Pe. Arrupe, mostrando que a graça de Deus suscitava em nossa época, tanto como nas anteriores, exemplos de grandeza humana e de plenitude evangélica como o Pe. Pedro Arrupe.

Paulo Meneses é Prof. de Filosofia e Assessor para Assuntos Internacionais da UNICAP.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) –** Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 11 e 12, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que extingue o voto de lideranças e estabelece princípios gerais de processo legislativo e dá outras providências, respectivamente.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão despachadas às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) –**

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de segunda-feira a seguinte

## ORDEM DO DIA

– 1 –

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1989-Complementar, de autoria do Senador João Menezes, que regula o direito de greve dos servidores públicos civis e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 193, de 1989, e 399, de 1990, da Comissão

de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: favorável ao projeto nos termos do substitutivo que oferece; 2º pronunciamento: pela prejudicialidade da emenda apresentada ao projeto nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) –** Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)